

Livro Eletrônico

www.igepp.com.br

Profa. Dra. Maria das
Graças Rua e Rodrigo
Silva (Me)

Teoria e Conceitos

[Ciências Sociais]

[IPEA Pós-Edital 2023]

Democracia, Estado e esfera pública;
cidadania, representação e
participação social; grupos de
pressão e lobbies [Aula 1]



Olá, amigos(as) do IGEPP ONLINE tudo bem?

Nas próximas aulas, daremos início ao estudo do seguinte tópico inserto na ementa de Teoria e Conceitos (Ciências Sociais):

“Democracia, Estado e esfera pública; cidadania, representação e participação social; grupos de pressão e lobbies.”

Preparados? Então vamos em frente!

Um grande abraço,

Maria das Graças Rua e Rodrigo Silva Pereira

1. DEMOCRACIA

Nenhum povo do mundo antigo contribuiu tanto para a riqueza e a compreensão da Política, no seu sentido mais amplo, como o fizeram os antigos gregos. Entendiam-na - a política - como uma ciência superior, determinante de qualquer organização social e com inquestionáveis reflexos sobre a vida dos indivíduos. Para Aristóteles era a arte de governar a cidade-estado (pólis).

Atenas, a mais próspera das cidades-estados da Grécia Ocidental, no decorrer do século IV a.C., estava sendo governada por um regime tirânico. Quando esse regime caiu, abriu caminho para que os dois partidos tradicionais da cidade, o dos ricos, chefiado por Iságoras, e o dos populares, liderado por Clístenes, passassem a disputar o controle de Atenas. Iságoras conseguiu desterrar Clístenes. Mas o povo se sublevou e conseguiu trazer Clístenes de volta, dando-lhe plenos poderes para elaborar uma nova constituição. Este realizou uma profunda reforma política que tinha como objetivo tirar o poder das mãos dos nobres transferindo-o para os *demos*, palavra que significava não apenas povo, como também os bairros e comunidades.

A base da democracia implantada por Clístenes era a igualdade de todos os cidadãos. Igualdade perante a lei (isonomia), e direito igual de ter opinião e de manifestá-la na assembleia. Essas duas igualdades/liberdades são os pilares do novo regime, estendidos a todos os cidadãos.

Quem eram esses cidadãos? Considerava-se cidadão qualquer homem, ateniense, maior de 18 anos, livre e que tivesse prestado serviço militar. Então: se eram só esses, quem participava efetivamente da vida democrática na cidade de Atenas?

A sociedade ateniense vivia em parte do trabalho dos escravos, e esses eram exclusivamente estrangeiros, porque desde as leis de Sólon (cerca de 594 a.C.), gregos não podiam escravizar gregos. Além dos escravos (ex-prisioneiros de guerra ou comprados nos mercados de escravos) também eram excluídos da cidadania os estrangeiros livres e seus filhos. As mulheres, independentemente da sua classe social ou origem familiar, também estavam excluídas da vida política. A grande

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

parte da população, dessa forma, não participava dos destinos públicos, estimando-se que os direitos de cidadania estavam à disposição, no máximo, de 30-40 mil homens, ou seja 10% da população total.

Como bem mostra o reduzido número de “cidadãos”, a democracia grega (ateniense) estava muito longe da noção idealizada de um mundo perfeito de liberdades, igualdade e participação¹.

Da reforma em diante, os homens da cidade não usariam mais o nome da família, mas, sim, o do *demos* a que pertenciam. Manifestariam sua fidelidade não mais à família em que haviam nascido, mas à comunidade em que viviam, transferindo sua afeição de uma instância menor para uma maior. O objetivo do sistema era a participação de todos nos assuntos públicos, determinando que a representação popular se fizesse não por eleição, mas por sorteio. O sistema de sorteio evitava, em parte, a formação de uma classe de políticos profissionais que atuassem de uma maneira separada do povo, procurando fazer com que qualquer um se sentisse apto a manejar os assuntos públicos, eliminando-se a alienação política dos indivíduos.

Esse foi um dos aspectos da democracia ateniense que mais crítica sofreu por parte dos filósofos, que não aceitavam que vida política fosse conduzida aleatoriamente, ao sabor do acaso. Parecia-lhes evidente que o estado só poderia ser dirigido por especialistas, e esse se tornou desde então, um tema clássico no debate político sobre quem deve reger o estado: a maioria? ou somente os técnicos?

Bernard Manin (*Principes dugouvernementreprésentatif*, Paris, Flammarion, 1996), sustenta que: "Quando se distingue hoje a democracia representativa da democracia direta imagina-se com frequência que na segunda todos os poderes políticos importantes eram

¹ Nas cidades gregas, as funções mais eminentes estavam reservadas aos representantes das famílias importantes, embora a escolha se desse por eleições. Além disso, os líderes mais destacados mantinham entre si relações de parentesco, a exemplo de Péricles, casado com uma neta de Clístenes. Por fim, havia muito pouca eleição, no sentido estrito do termo, dos membros do executivo. O processo considerado democrático era o sorteio. Mesmo a formação da agenda a ser submetida à *ágora* não tinha nada de democrático, como o entendemos contemporaneamente.

exercidos pelo povo reunido em assembleia. Exame um pouco mais detalhado do sistema institucional ateniense mostra que essa imagem é falsa. Além das próprias magistraturas, o Conselho, os tribunais populares e os *heliastes*, três órgãos distintos da assembleia do povo, desempenham papel político de primeiro plano. Os tribunais populares e o Conselho devem merecer particular atenção. Ambas as instituições desempenham um papel essencial durante toda a história da democracia ateniense. Certos poderes políticos dos tribunais faziam claramente parte daquilo que poderia ser considerado como poder supremo (*Kyrion*), em particular seu direito de revogar decisões da Assembleia”.

Péricles, considerado a encarnação do espírito da democracia, introduziu o pagamento, em forma de subsídio, a todo cidadão pobre que participasse das tarefas políticas das cidades.. Dessa forma, os cidadãos de origem humilde, podiam ter sua atividade garantida nas assembleias, bem como exercer algumas das magistraturas. Essa prática desagradou profundamente os nobres e os ricos, que lamentavam que as assembleias estivessem tomadas por sapateiros, carpinteiros, ferreiros, tendeiros e até vendedores ambulantes, o que fazia com que as pessoas “de bom gosto e fortuna” se afastassem da vida pública, abandonando o campo da política nas mãos dos demagogos.

E, além das guerras (especialmente o grande desastre da Guerra do Peloponeso, entre Atenas e Esparta), o declínio da democracia ateniense deveu-se aos conflitos de classes sociais, explorados pelos demagogos. Por isso é que no pensamento político grego, as formas de governo, ao se degenerarem, mostram claramente os interesses políticos de classe. A aristocracia, que seria o governo de um grupo que se distingue pelo mérito e atua em benefício do público, se degenera em oligarquia, que continua sendo o governo de um grupo, porém sem o mérito e em benefício próprio. A democracia, que seria o governo do povo, pelo povo, para o povo, degenera-se em demagogia, quando líderes populares oportunistas se valem dos pobres para se sustentarem no poder.

2. TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DA DEMOCRACIA

2.1 O surgimento da democracia representativa

O que hoje entendemos como democracia representativa tem sua origem mais remota nos parlamentos medievais, também chamados de conselhos. Tem como centro a noção de representação, originada mais tarde nas instituições que se estabeleceram ou se impuseram progressivamente no Ocidente ao longo de três das grandes revoluções modernas, a inglesa, a americana e a francesa.

Diferentemente dos dias de hoje, quando a representação é demandada nos mais diversos espaços, nos momentos iniciais do processo de formação da democracia representativa, a participação era um encargo, não propriamente um direito conquistado. Mesmo na Inglaterra, o exemplo clássico da democracia representativa, o chamado aos cavalheiros e outros para compor o conselho real inicialmente era conveniência do Rei, que precisava se legitimar, principalmente diante dos barões.

Apenas com o avanço do capitalismo e a diferenciação social é que a representação parlamentar começou a ser usada como um meio de expressar e beneficiar interesses ou como mecanismo de controle sobre o poder do rei. Já no século XVII, o direito de eleger um membro do parlamento era amplamente reivindicado pela burguesia. E daí veio o grande mote da revolução americana, que afirmava que cobrar impostos dos que não tivessem representantes no parlamento era um ato de tirania. Foi assim que a representação passou a significar a representação popular no sentido de representação de interesses dos que não pertenciam à nobreza, que era a camada privilegiada do reino.

2.2 A Democracia como Ideologia

O grande pensador Amartya Sen² sustenta que o fenômeno mais importante do século XX é a democracia, a qual é a via mais segura para

² SEN, Amartya. (2004) El valor universal de la democracia. Edición España, No. 34, julio

o desenvolvimento, desde que seja assegurada à população o exercício da cidadania. A democracia guarda acentuadas afinidades com o liberalismo, mas não se confunde com ele. De fato, expressando sua dificuldade de compatibilizar liberdade e igualdade, a democracia moderna – diferentemente da democracia dos antigos – originou-se de uma divisão do liberalismo europeu.

Desde 1848 desenvolveu-se na Europa Ocidental a chamada “Democracia Radical”, que assumia o núcleo moral do liberalismo (o valor do indivíduo, suas liberdades pessoais e direitos civis). Apoiava também o fundamento político, interpretado em termos rousseauianos: o poder emana diretamente do povo³ e a maioria poderia tomar as decisões diretamente ou através de assembleias representativas soberanas. Mas não assumia o fundamento econômico, apresentando fortes reservas à ideia de que as liberdades econômicas são tão essenciais quanto as demais.

No final do século XIX os liberais e os democratas radicais se conciliaram, numa corrente chamada de “Democracia Política”, cujo ideário baseava-se na ideia de governo da maioria, participação universal mediante a representação política, reafirmação dos direitos individuais e das minorias e aceitação da intervenção do Estado na economia quando fosse necessário controlar preços e estimular a atividade econômica.

Paralelamente, ainda no século XIX, o socialismo – cuja proposta de uma sociedade igualitária e livre vinha sendo defendida desde a Antiguidade grega – tomou força, organizando-se – como “socialismo utópico” – em torno de algumas ideias:

1-Aversão à propriedade privada e à exploração dos pobres pelos ricos: “A propriedade é um roubo”

2-Compromisso com o coletivismo: a propriedade comum da riqueza.

3-Crença na natureza social do homem em oposição à ética individualista e utilitária. Defesa da interdependência e da solidariedade social: comunitarismo.

³ Defendia sufrágio universal absoluto e a total ausência de restrições à vontade popular.

4-Forte defesa da educação, como forma de desenvolver o comunitarismo em substituição ao egoísmo e à competição.

Da mesma forma que houve uma conciliação do liberalismo com a democracia radical, dando origem à chamada “democracia política”, ao final do século XIX houve uma conciliação entre essa última e o socialismo, dando origem ao que hoje se conhece como “socialismo democrático” ou “social-democracia”. Essa vertente propunha a mudança social através de meios políticos pacíficos e de procedimentos eleitorais, a defesa dos valores morais liberais e a ênfase nos direitos individuais e civis⁴.

Nesse ínterim, Marx e Engels desenvolveram e apresentaram o sistema de pensamento conhecido como “socialismo científico” ou “socialismo revolucionário”, que inspirou os movimentos socialistas das classes trabalhadoras na Europa Ocidental.

No final do século XIX, Eduard Bernstein, um socialista alemão, produziu uma grande crítica à obra de Marx, destacando especialmente os seguintes pontos:

(a) o sistema capitalista liberal não dava mostras de estar prestes a cair, como previra Marx;

(b) as classes sociais não estavam se comprimindo e se agregando em apenas duas, como Marx tinha previsto: ao contrário, graças às corporações e à bolsa de valores um número cada vez maior de pessoas passou a ter propriedade na forma de ações;

(c) a economia capitalista estava produzindo um número sempre crescente de empregos na medida em que a produção se tornava mais especializada, fazendo crescer e mudar, em quantidade e qualidade, as classes médias;

⁴ Desenvolveu-se nessa época o “Socialismo Fabiano” ou “fabianismo”, que defendia a propagação gradual (e não por revolução) do socialismo, a educação e a ação política no âmbito das instituições democráticas e parlamentares. A mudança pretendida era a socialização dos meios de produção, controles estatais da economia e medidas amplas de assistência social para produzir a maior igualdade possível. Desse núcleo de ideias nasceu o Partido Trabalhista inglês, nos primeiros anos do século XX.

(d) a democratização crescente favoreceu a formação de partidos políticos fortes que representavam os trabalhadores e que tinham condições de assumir o poder político e usar o Estado para sua própria proteção e para a redistribuição da renda, bens e serviços.

Essa doutrina – apresentada na obra “Socialismo Evolucionista” – veio a ser conhecida como “Revisionismo”. Abandonou-se a proposta da luta de classes revolucionária, substituindo-a pela ação dos sindicatos e da ação partidária democrática para promover a mudança social. O Revisionismo, fundado na obra de Bernstein, deu a sustentação teórica e filosófica para o Socialismo Democrático, que começou a se espalhar por toda a Europa Ocidental e Europa do Norte: Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Países escandinavos.

Hoje há uma grande variação de conceitos em torno da democracia. Norberto Bobbio⁵ oferece ‘uma definição mínima de democracia:

(...) por ‘democracia’ se entende um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) que consentem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta ou indireta, nas decisões que interessam à toda a coletividade. As regras são as seguintes:

a) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, religião, condições econômicas, sexo etc., devem gozar dos direitos políticos, isto é, do direito de exprimir com voto a própria opinião e/ou eleger quem a exprima por ele;

b) o voto de todos os cidadãos deve ter peso idêntico isto é, deve valer por um;

c) todos os cidadãos que gozam dos direitos políticos devem ser livres de votar segundo a própria opinião, formando o mais livremente possível, isto é, em uma livre concorrência entre grupos políticos organizados, que competem entre si para reunir reivindicações e transformá-las em deliberações coletivas;

⁵ BOBBIO, Norberto .(1986) O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo Rio de Janeiro: Paz e Terra.

d) devem ser livres ainda no sentido em que devem ser colocados em condição de terem reais alternativas, isto é, de escolher entre soluções diversas;

e) para as deliberações coletivas como para as eleições dos representantes deve valer o princípio da maioria numérica, ainda que se possa estabelecer diversas formas de maioria (relativa, absoluta, qualificada), em determinadas circunstâncias previamente estabelecidas;

f) nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, de modo particular o direito de tornar-se, em condições de igualdade, maioria.

Mas, para Bobbio, somente através da solidariedade é que a democracia poderá compatibilizar os ideais de liberdade e de igualdade, os quais, segundo Tocqueville⁶, estão sempre em contradição ao longo da história humana.

2.4 A democracia na teoria política contemporânea

A Segunda Guerra Mundial significou, em grande parte, a vitória da democracia sobre projetos totalitários como o fascismo e o nazismo. Fica clara a força da ideologia ao se observar, nas décadas seguintes, o uso generalizado e impreciso da palavra democracia: até os estados que assumiam o projeto de derrubar a democracia representativa burguesa, se autodenominavam repúblicas “democráticas”. Com isso, não havia um consenso conceitual sobre o que seria “democracia”. Até por isso, na segunda metade do século XX desencadeou-se um grande debate sobre a democracia, muitas vezes questionando a natureza “democrática” das instituições modernas.

Schumpeter, em sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*⁷, escrita em 1942, tanto descartou a ideia de “bem comum”, central à ideologia da democracia liberal quanto rejeitou o projeto do socialismo

⁶ QUIRINO, Célia G. “Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade” .in WEFFORT, Francisco (org.)(2001) *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Atica.

⁷ SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo E Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

associado aos valores democráticos. Ao invés, o autor resume a democracia a um método político, não um projeto utópico ou um conjunto de ideais, não devendo ser vista como um fim em si mesmo.

Schumpeter (1984, p. 304), entendia método político como um “certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas” no qual os indivíduos conquistam o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos livres da população (p.336). Essa “competição pela liderança” seria o critério para distinguir os governos democráticos⁸.

Para esse autor, o papel do eleitorado nas democracias é tanto instituir um governo, como destitui-lo. Instituir um governo significa aceitar um líder ou grupo de líderes. Destituir um governo é retirar-lhe o apoio nas urnas. Não envolve a condução do governo, que deve caber àqueles que agregarem mais apoio na competição pelos votos.

Para Schumpeter a democracia é um regime no qual o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar os indivíduos designadas para governar – estes são escolhidos mediante o maior apoio junto ao eleitorado.

O autor assinala que o êxito do método democrático nas sociedades complexas depende de algumas condições:

- (i) A disponibilidade de um “material humano da política” de alta qualidade, ou seja: um bom e qualificado número de dirigentes partidários, de parlamentares e de chefes do executivo. A única garantia efetiva de obter políticos de qualidade está na existência de um estrato social já ligado à política como atividade por vocação.
- (ii) A limitação do alcance efetivo da decisão política, pois caso o governo tenha poderes para tratar todas as questões da vida em sociedade irá produzir “aberrações legislativas”.
- (iii) Disponibilidade dos serviços de uma burocracia bem-treinada, de boa posição, de tradição e dotada de forte senso de dever.
- (iv) “Autocontrole Democrático”: para que o método democrático funcione, todos os grupos importantes da sociedade devem estar dispostos a aceitar as medidas governamentais baseadas

⁸ O método eleitoral é usado como critério porque se mostra o único disponível a comunidades de quaisquer tamanhos para conduzir a competição dentro dos regimes democráticos.

nas leis. Nem os eleitores, nem os parlamentares devem se mostrar intransigentes, nem fazer oposição a qualquer medida vinda do governo: é essencial haver uma “dose de tolerância” por parte dos protagonistas políticos.

Para o autor, não existe relação entre o sistema econômico e o regime político, portanto, não há qualquer incompatibilidade entre democracia e socialismo ou capitalismo. Ele reconhece, porém, que alguns desvios do princípio da democracia resultam da presença de interesses capitalistas organizados, fazendo com que meios privados sejam usados para interferir no funcionamento do mecanismo da liderança competitiva. Os padrões do capitalismo impelem vários grupos da sociedade a recusar as regras do jogo democrático, colocando em risco este método político. Para Schumpeter, se o socialismo funcionasse de forma a manter certa unidade da coletividade, poderia se utilizar do método democrático de maneira mais eficaz do que é praticado no capitalismo.

Robert Dahl, na obra *Poliarquia: Participação e Oposição*, de 1972⁹, sustenta que “*uma característica-chave da democracia é a contínua responsabilidade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais*” (Dahl, 2000: 25). Ele enfatiza as responsabilidades dos governantes, cuja função é tão somente efetivar as expectativas dos indivíduos politicamente livres e iguais: são eles responsáveis, sobretudo, pelo fato de exercerem um mandato que lhes foi confiado. Ou seja: ele define democracia como o regime político que exhibe a característica de ser inteiramente ou quase inteiramente “responsivo”, vale dizer: atende às preferências dos cidadãos.

Mas o mandato não implica que os governantes sejam ocupantes vitalícios dos cargos, ao contrário, em uma nova eleição eles poderão não ser reeleitos por não perceberem que não possuem direitos sobre os governados, e sim deveres, ao invés destes, que possuem direitos e podem cobrar respostas.

Para o autor, a possibilidade de uma democracia existir de fato depende do exercício de uma igualdade permanente entre os indivíduos. Os membros de uma dada associação deverão definitivamente conviver em um regime cuja preocupação não é outra senão garantir o mínimo indispensável à realização de contentamentos individuais e

⁹ Dahl, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005

coletivos. Mas Dahl não considera esse critério suficiente para definir uma democracia, embora seja um importante ponto de partida para uma comunidade que pretende valer-se da democracia.

Conceituada como processo decisório, a democracia requer participação efetiva e desenvolvimento cultural suficiente para que os cidadãos possam identificar seus interesses, e de mecanismos capazes de permitir que a seleção das prioridades governamentais (que Dahl chama de agenda) seja estabelecida de modo participativo e em igualdade de condições.

Dahl afirma que a democracia é o único regime político que torna possível governar um Estado no sentido de privilegiar o cidadão, guardando as liberdades necessárias dentro de um cenário de igualdades. Por isso apresenta as vantagens de uma administração democrática de um Estado, a saber:

- 1- evita a tirania;
- 2- garante direitos essenciais;
- 3- assegura liberdade para todos;
- 4- garante autodeterminação;
- 5- proporciona autonomia moral;
- 6- favorece o desenvolvimento humano;
- 7- protege os interesses pessoais essenciais;
- 8- garante a igualdade política;
- 9- orienta-se pela busca da paz, e
- 10- proporciona prosperidade.

As características das sociedades modernas, dinâmicas e pluralistas que favorecem a democracia são:

1ª) o poder, a influência e a autoridade encontram-se dispersos em ampla variedade de indivíduos, grupos, associações e organizações, ao invés de concentrarem-se num único polo; e,

2ª) são encorajadas atitudes e crenças favoráveis aos ideais democráticos.

Nas sociedades dotadas dessas características, tanto os recursos políticos como o dinheiro, conhecimento, status e acesso às organizações estão dispersos e não concentrados; também as alocações estratégicas não se acham concentradas, particularmente na economia, no conhecimento científico, na educação e na cultura em geral, do mesmo modo que as posições que favorecem barganhas. Em tais sociedades, dificilmente a disputa política restringe-se a pequenas elites.

Segundo Dahl, numa democracia, todos os cidadãos devem desfrutar de plenas oportunidades de:

- a) formular preferências;
- b) expressar individualmente ou coletivamente a outros e aos governos estas suas preferências;
- c) ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência;

Para que essas três oportunidades possam existir efetivamente para um grande número de pessoas, as instituições da sociedade devem fornecer pelo menos oito garantias:

1. Liberdade de formar e aderir a organizações
2. Liberdade de expressão
3. Direito de voto
4. Elegibilidade para cargos públicos
5. Direito de líderes políticos disputarem apoio e, conseqüentemente, votos
6. Garantia de acesso a fontes alternativas de informação
7. Eleições livres e idôneas
8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

Todavia, Dahl não deixa de reconhecer a distância entre o ideal e o real, ponderando que *"na prática, a democracia ficou sempre aquém dos seus ideais"*. Para esse autor, a democracia é um sistema hipotético – ideal,

usado como critério de avaliação dos regimes políticos reais. Dentre esses, a Poliarquia é o regime real que mais se aproxima da democracia.

Na realidade, considerando a democracia um sistema ideal, dificilmente realizável nas sociedades reais, Dahl cunhou o conceito de Poliarquia para distinguir e classificar os regimes políticos reais. Para isso utilizou duas variáveis: a inclusão (participação) e a competição (contestação ou oposição).

A inclusão ou participação diz respeito à extensão da participação política da população de um Estado-nação: quem são os cidadãos? É a população total? São uma parcela da população? Nesse caso, qual a extensão dessa parcela? E que critério é usado para distinguir essa parcela dos demais?

A competição – também denominada “contestação” ou “oposição” – refere-se à existência de disputas pelo poder no interior da sociedade. Quanto mais disputas pelo poder houver, mais dinâmica será a vida política de uma sociedade. Se, pelo contrário, não há competição, o poder é exercido hegemonicamente por um único grupo.

Ao cruzar as duas variáveis, Dahl chegou a uma tipologia de regimes políticos, variando da Poliarquia, que é o que mais se aproxima do modelo ideal de democracia, até as Hegemonias Fechadas, que correspondem ao regime político mais distante da democracia ideal.

	Tem competição	Não tem competição
Ampla participação	Poliarquias: regimes com vários candidatos, forte disputa de poder e participação política ampliada.	Hegemonias inclusivas: regimes com pouca disputa de poder, poucos candidatos, mas com ampla participação política;
Limitada participação	Oligarquias competitivas: regimes com acentuada disputa de poder, vários candidatos, mas com participação política limitada.	Hegemonias fechadas: regimes em que o poder praticamente não é disputado e a participação política é muito limitada.

A teoria de Dahl não opera em termos de dicotomias, mas de continuum, e as situações reais podem mudar tanto em direção da poliarquia quanto em direção das hegemônias fechadas. Não há nenhuma inevitabilidade histórica.

A partir das ideias de Dahl várias questões se apresentam, tais como:

1. Que fatores aumentariam ou diminuiriam a contestação pública? Que condições aumentariam ou diminuiriam as chances de poliarquização de um regime hegemônico ou quase hegemônico? Que fatores aumentam ou diminuem as chances de contestação pública num regime fortemente inclusivo, isto é, numa poliarquia?

A poliarquia deve sua existência a sete conjuntos de condições:

1-Seqüências históricas (trajetórias): Para que surja e se desenvolva a poliarquia requer seqüências históricas (trajetórias) nas quais a competição preceda a inclusão, porque se existe disputa entre os grupos fica mais fácil que reconheçam seus poderes mútuos e prefiram a segurança mútua.

2- Reduzido grau de concentração na ordem socioeconômica: A ordem socioeconômica precisa caracterizar-se por um quadro plural, disperso, diferenciado (ou até neutralizado) dos recursos violentos, de modo que seja difícil para qualquer governo eliminar a oposição.

3- Nível de desenvolvimento socioeconômico: A poliarquia tende a se desenvolver melhor numa economia de agricultura livre e setor comercial-industrial de perfil descentralizado. As poliarquias estão relacionadas com o nível socioeconômico, mas não basta o crescimento econômico para que surjam regimes poliárquicos.

4-Baixo grau de desigualdade: A sociedade deve ter baixo índice de desigualdade, porque se esta desigualdade for extrema a solidariedade

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

dos grupos ao regime torna se muito baixa, inviabilizando sua adesão ao regime.

5-Clivagens subculturais moderadas: Deve prevalecer um pluralismo cultural baixo (um número reduzido de divisões étnicas, religiosas, etc). Caso haja um alto pluralismo cultural é possível garantir a poliarquia desde que nenhuma subcultura fique indefinidamente privada de participação no governo; que seja garantido um alto grau de segurança às diversas subculturas; e que o regime atenda as reivindicações relativas aos principais problemas do país.

6- Crenças de ativistas políticos: Os ativistas políticos contribuem com a poliarquia quando compartilham de crenças nos pontos concernentes a acordos, confiança, ideia de regime eficaz na solução dos problemas e legitimidade das instituições.

7-Dominação estrangeira: a dominação política estrangeira precisa ser fraca ou temporária para um regime tornar-se uma poliarquia.

Dahl pensa a democratização em termos de diversas transformações históricas amplas. Uma delas é a transformação de hegemonias e oligarquias competitivas em quase-poliarquias. Este foi, essencialmente, o processo que se operou no mundo ocidental ao longo do século XIX. A segunda é a transformação de quase-poliarquias em poliarquias plenas. Foi o que ocorreu na Europa nas quase três décadas que se estenderam do final do século passado até a Primeira Guerra Mundial. Uma terceira é a democratização ainda maior das poliarquias plenas. Este processo histórico coincide, talvez, com o rápido desenvolvimento do Estado de bem-estar democrático que se seguiu à instauração da Grande Depressão. Tendo sido interrompido pela Segunda Guerra Mundial, o processo parece ter-se renovado no final dos anos 1960 na forma de um rápido e intenso crescimento das reivindicações pela democratização em diversas dimensões da vida social: gênero, cor, idade, orientação sexual, religião, etc..

Quais seriam, para Dahl, as condições que de fato impedem o florescimento das instituições democráticas?

O obstáculo mais importante é a intervenção das Forças Armadas na vida política. Por isso, para que o processo democrático possa prosperar, são condições indispensáveis:

- 1ª) existência de controle civil sobre as Forças Armadas;
- 2ª) simultaneamente, que os civis incumbidos de controlar os militares estejam, por sua vez, submetidos ao processo democrático.

Em “A teoria da democracia revisitada – o debate contemporâneo”, Giovanni Sartori (1994)¹⁰ discute exaustivamente os diferentes significados do termo democracia. E, em sua análise, o autor não separa as indagações sobre o que é a democracia e as propostas do que a democracia deve ser, pois assume as duas perspectivas ao definir o regime político (p.23). Assim, o ideal democrático não define a realidade ou vice-versa. Para o autor, o regime político resultaria das interações entre ideais e a realidade.

Sartori compreende a democracia enquanto uma grande teia de processos de tomada de decisão realizados por várias unidades. O princípio fundamental da democracia é o de que ninguém pode se autoproclamar governante, ninguém pode assumir em seu próprio nome um poder irrevogável e ninguém detém “propriedade” sobre o poder.

As democracias modernas, para o autor, dependem de três fatores:

- (1) poder limitado da maioria;
- (2) procedimentos eleitorais; e
- (3) transmissão do poder dos representantes.

A definição etimológica de democracia é governo do povo, que Sartori interpreta como o governo regido pelo “princípio da maioria limitada”, significando que nenhum direito da maioria pode ser ilimitado, devendo

¹⁰ SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada: O Debate Contemporâneo*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

antes ser restringido pelos direitos das minorias. O objetivo desse princípio é evitar dar “todo o poder” a qualquer grupo, tanto às majorias como às minorias. E, embora o povo esteja dividido em maioria e minoria por um processo de tomada de decisão, continua sendo verdadeiro o fato de que o povo se compõe da maioria mais a minoria.

Para Sartori esse é o método que melhor satisfaz os requisitos da democracia quanto às eleições e deve ser reservado apenas ao contexto eleitoral¹¹. No que se refere à tomada de decisões substantivas o procedimento deve ser outro. Ou seja: a maioria deve ser a regra para decidir apenas “quem vai decidir” e não deve se aplicar à deliberação em questões políticas concretas.

Essas questões, em nível macro, implicam em decisões que se encontram fora da competência de cada indivíduo como tal e terão que ser tomadas por alguém para serem aplicadas a todos os outros. É o que Sartori chama de “decisão coletivizada”. Toda sociedade organizada se submete às decisões coletivizadas, embora essa prática tenha variações nas sociedades contemporâneas.

Então o povo (maioria) elege os representantes que irão tomar decisões coletivizadas, que incidirão tanto sobre a maioria quanto sobre a minoria. Diante disso, o autor levanta a seguinte indagação: quando e como devemos coletivizar uma área de decisões? Ou, por outras palavras: quando e como devemos submeter uma área de decisões à decisão da maioria do povo, ou seja, dos seus representantes eleitos?

Ele propõe um cálculo com base em dois critérios: custos internos e riscos externos. Os “custos internos”, também chamados de “custos decisórios” significam que toda decisão de grupo tem custos para os próprios tomadores de decisões. Quanto maior o número de indivíduos que compõem o órgão responsável pelas decisões, maior os custos internos ou custos decisórios. São os custos que vão desde a apresentação das propostas ao conhecimento do grupo e a mobilização deste até as negociações envolvidas para chegar a uma decisão. Estes custos são diretamente proporcionais ao tamanho do grupo decisório: grupos menores, custos menores e vice-versa.

Os “riscos externos” são riscos para os que serão afetados pela decisão tomada, tanto a maioria quanto a minoria. Por isso, os riscos externos

¹¹ Segundo o autor, as eleições foram concebidas inicialmente como um instrumento de seleção no sentido qualitativo do termo. Com o decorrer do tempo a ênfase quantitativa usurpou o lugar da qualitativa, tornado a democracia um regime cuja má seleção parece inevitável.

diminuem à medida que o órgão decisório aumenta o número de indivíduos participantes. No extremo o risco externo torna-se ínfimo se o grupo decisório for equivalente à totalidade dos que irão se submeter ao resultado da decisão. Porém, os custos decisórios tornam-se proibitivos.

Os dois critérios estão inversamente relacionados, pois o desempenho positivo de um está ligado ao prejuízo do outro. E a questão é como achar o ponto de equilíbrio entre eles.

É possível solucionar o problema porque os riscos externos resultam mais do método de formação do grupo decisório do que do número de participantes desse órgão. Três variáveis são mencionadas por Sartori para tentar uma solução viável:

- (a) o número de pessoas que tomam decisões;
- (b) a forma de selecionar os indivíduos, e
- (c) as regras da tomada de decisões.

O método representativo aparece então como a única possibilidade para lidar com os riscos externos, Ou seja: é preciso escolher “bons” representantes porque expandir o número de participantes do grupo decisório apenas inviabilizaria a tomada de decisões.

Para Sartori, somente a redução drástica do universo dos representados para um pequeno grupo de representantes permite uma redução importante dos riscos externos sem agravar os custos internos. Que pequeno grupo de representantes seria esse? Sartori tem como foco as várias unidades formadoras da teia de processos de tomada de decisão: são “comitês” imersos nos regimes democráticos.

O comitê é definido como um grupo de indivíduos, com três características: é durável e institucionalizado; é um grupo pequeno de interação face a face; toma decisões em relação a um fluxo de resoluções.

O autor sustenta que em qualquer sociedade política, todas as decisões tomadas são antes examinadas, discutidas e propostas por um comitê ou mais (grupos no Executivo, no Legislativo, com representação da sociedade ou não). Até mesmo um governo é considerado um comitê (p.304-305). Estes órgãos decisórios não agem de maneira isolada, tendo em vista que todo comitê está inserido numa teia de comitês semelhantes – esse é o sistema de comitês.

Os membros dos comitês podem representar os que não participam diretamente desses órgãos. Sartori conclui com uma avaliação favorável sobre os comitês: constituem a unidade por excelência de formação das decisões; usam a intensidade desigual das preferências de forma eficiente; no caso dos “comitês de representantes”, permitem uma redução drástica dos riscos externos sem aumento dos custos internos; produzem resultados de soma positiva para coletividade em geral; por fim, há boa probabilidade das reivindicações mais intensamente preferidas pelas minorias serem atendidas.

Nenhum dos autores recorrem, em suas teorias, ao conceito de “classes sociais”. A perspectiva liberal de compreensão dos arranjos políticos prevalece nas contribuições de Sartori, Dahl e Schumpeter. O que aparece para fazer referência aos coletivos componentes das sociedades são expressões do tipo: “povo”, “maiorias”, “minorias”, “indivíduos”, “grupos”, “quem vai decidir”. Esses autores contribuíram para o debate com teorias que tratam a democracia em sua versão empírica; aquela que sobreviveu ao mundo real. A democracia representativa, guardada as devidas diferenças nos três autores, aparece como a fórmula mais eficaz de resolução dos conflitos nas nações modernas.

Diferentemente dos pensadores que remetem a democracia “aos gregos” Charles Tilly¹², na obra Democracia, de 2008, a considera um fenômeno estritamente moderno. A democracia é resultante das lutas sociais, de alcance político, que ganham corpo no século XVIII e se espalham por todo o mundo nos séculos XIX e XX. O autor atribui especial importância, para a democracia, à Revolução Americana (compreendida por ele no período de 1765 a 1783, portanto, desde as primeiras revoltas até após a constitucionalização – em 1781 – da Revolução consagrada em 1776) e à Revolução Francesa (de 1789 até a queda do regime de Napoleão Bonaparte em 1815). O autor aponta o que ele denomina “ondas de democratização” porque acredita que a democracia excede as fronteiras nacionais e é um fenômeno continental e mesmo mundial.

A concepção de democracia de Tilly diverge das demais abordagens, que ele critica. A abordagem constitucionalista, segundo o autor, tem como centro o arcabouço legal erigido para reforçar normas em favor da democracia: a Constituição, as leis, as instituições clássicas de separação de poderes, o direito a voto, entre outros. Para Tilly, o mero

¹² TILLY, Charles. Democracia. Petrópolis: Vozes, 2008

aparato legal muitas vezes permanece incapaz de impedir situações inconsistentes com regimes democráticos.

A abordagem substantiva analisa até que ponto o regime promove bem-estar, equidade, segurança, liberdade. Para o autor essa abordagem não dá conta de situações nas quais os regimes promovem mais igualdade, mas restringem a liberdade, mesmo que formalmente professem preservá-las.

A perspectiva procedimental avalia a democracia conforme procedimentos e regras que, se cumpridas, caracterizariam um determinado regime como efetivamente democrático: existência de eleições livres e competitivas, com resultados que sejam respeitados, inclusive na hipótese de mudanças significativas. Tilly sustenta que essa abordagem restringe a democracia a um conjunto de mecanismos que, em si, nem sempre geram regimes democráticos.

A abordagem da democracia orientada por processos, exemplificada pela formulação de Robert Dahl qualifica como democráticos os regimes que tenham desenvolvido processos – com regras que podem ser variáveis – que alcançam resultados como participação efetiva, igualdade de voto, esclarecimento, controle (público) da agenda política e inclusão dos adultos. Para Tilly, essa abordagem, como as demais, acaba por limitar-se a classificar os países de maneira binária: democráticos versus não democráticos ou antidemocráticos.

Em *Democracia*, Tilly sustenta que as quatro abordagens carecem de elementos essenciais à análise política, sendo parciais em suas perspectivas.

Em lugar disso, o autor concebe democracia como um conjunto de relações entre Estado e cidadãos. Tais relações são qualificadas por pelo menos quatro elementos fundamentais: extensão (ou seja, se são muitos ou poucos os grupos de cidadãos que conseguem expressar demandas em direção ao Estado), igualdade (até que ponto existem chances não muito díspares, entre os grupos, de transformarem suas demandas em ação do Estado), proteção (as liberdades a serem respeitadas pelo Estado nessas relações com os cidadãos) e, finalmente, compromissos mútuos (“mutually binding consultation”). As relações estabelecidas à luz desses elementos resultam em processos de democratização ou desdemocratização.

Democratização significa o movimento no sentido da mais ampla e mais protegida consulta aos cidadãos. A *desdemocratização* então significa o movimento no sentido da mais restrita, e menos protegida consulta aos

cidadãos. São aspectos para examinar no processo de democratização: a situação política; a qualidade de vida; a explicação de processos de democratização, entendidos como a saída de regimes totalitários ou autoritários para a democracia; e a *desdemocratização* (*de-democratization*), o ocaso de regimes democráticos, entendido como situações nas quais um regime democrático cai e é substituído por algum tipo de autoritarismo ou totalitarismo.

Tilly organiza as principais mudanças que levam à democratização e à *desdemocratização*:

1-o crescimento ou decréscimo da integração de redes interpessoais de confiança (parentesco, pertencimento a religião e relações de clientelas) e políticas públicas;

2-crescimento ou decréscimo de políticas públicas de amortecimento de desigualdades categóricas maiores (gênero, raça, etnicidade, religião, classe, casta);

3-crescimento ou decréscimo na autonomia de centros de poderes maiores tais como redes de patronato, exércitos, e instituições religiosas com respeito a políticas públicas.

Segundo seu argumento o processo fundamental que promove a democracia - em todas épocas e lugares - é a crescente integração de redes de confiança na política pública, o crescente amortecimento de desigualdades categóricas pelas políticas públicas e a decrescente autonomia de grandes centros de poder das políticas públicas, ou seja: eliminação de centros de poderes autônomos.

Para Tilly, uma variável crucial é a “Capacidade do Estado”, entendida como a medida segundo a qual se efetiva a intervenção de agentes do Estado em recursos não-estatais, atividades e conexões interpessoais assim como relações entre estas. O autor atribui grande importância à capacidade do Estado, já que, para ele, nenhuma democracia tem condições de funcionar se o Estado perde capacidade de supervisionar o processo democrático de tomada de decisões e de colocar seus resultados em prática. A baixa capacidade do Estado inibe a democracia.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

Assim sendo, democratizar um país significa ampliar os horizontes de igualdade e liberdade para garantir a participação cada vez maior e mais intensa dos cidadãos; ampliar a proteção às manifestações de opinião e à tomada de posição; obrigar, de modo cada vez mais efetivo, a que as decisões da maioria, respeitadas as condições de igualdade e liberdade, sejam postas em prática.

A combinação entre os elementos democráticos (extensão, igualdade, proteção e compromissos mútuos assumidos) e capacidade do Estado gera Capacidade do Estado. Este vem sendo um conceito de central importância tanto para a discussão sobre regimes políticos como para a análise de políticas públicas.

3. CRÍTICAS À DEMOCRACIA

A despeito de a democracia permanecer um valor central na civilização ocidental, a conjuntura política do início do século XXI é marcada por restrições e antipatias quanto à democracia representativa. As críticas à democracia podem ser agrupadas em dois grandes grupos.

O primeiro grupo de críticas considera a democracia ineficaz e lenta, quando confrontada aos regimes autoritários. Norberto Bobbio¹³ aborda essas críticas no livro *O futuro da Democracia*. Ele sustenta que “os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática”.

Ainda que a circunstância não elimine a diferença entre regimes autocráticos e regimes democráticos, a democracia real está longe de ser “o governo de todo o povo” na medida em que é exercido por uma elite. Há também o chamado poder invisível (menciona máfias, organizações secretas de particulares e mesmo serviços secretos oficiais, ambas infensas a qualquer tipo de controle). Tampouco se conseguiu educar plenamente o cidadão, sobrevivendo apatia política e desinteresse pela coisa pública. Além disso, o desenvolvimento da sociedade trouxe problemas que somente técnicos e especialistas podem resolver e com isso houve um crescimento contínuo dos

¹³ BOBBIO, Norberto, *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

aparelhos burocráticos. Finalmente, as liberdades e a autonomia da sociedade civil elevaram o nível das demandas sociais enquanto o aparelho político democrático age de forma lenta: *"a democracia tem a demanda fácil e a resposta difícil; a autocracia, ao contrário, está em condições de tornar a demanda mais difícil e dispõe de maior facilidade para dar respostas"*.

Não obstante, prossegue Bobbio, *"(...) a minha conclusão é que as promessas não cumpridas e os obstáculos não-previstos de que me ocupei não foram suficientes para "transformar" os regimes democráticos em regimes autocráticos. A diferença substancial entre uns e outros permaneceu. O conteúdo mínimo do estado democrático não encolheu: garantia dos principais direitos de liberdade; existência de vários partidos em concorrência entre si; eleições periódicas por sufrágio universal, decisões coletivas ou acordadas . ou tomadas com base no princípio da maioria e, de qualquer modo sempre após um livre debate entre as partes ou entre os aliados de uma coalizão e governo. Existem democracias mais sólidas e menos sólidas, mais invulneráveis e mais vulneráveis; existem diversos graus de aproximação com o modelo ideal, mas mesmo a democracia mais distante do modelo não pode ser, de modo algum, confundida com um estado autocrático e menos ainda com um totalitário"*.

Antes de concluir, Bobbio considera ainda a suposição de que, sendo a democracia um conjunto de procedimentos, não dispõe de apelos capazes de fomentar o aparecimento de cidadãos ativos. Entretanto, a democracia promoveu e promove ideais com que a humanidade não contou em outros regimes, ao longo de sua história. O primeiro deles é a tolerância e, o segundo, a não-violência. Bobbio afirma que: *"Jamais esqueci o ensinamento de Karl Popper segundo o qual o que distingue essencialmente um governo democrático de um não-democrático é que somente no primeiro os cidadãos podem livrar-se de seus governantes sem derramamento de sangue."*

Para Bobbio, o terceiro ideal democrático – além da tolerância e da não-violência - consiste na renovação gradual da sociedade através do debate das ideias: *"Apenas a democracia permite a formação e a expansão das revoluções silenciosas, como foi, por exemplo, nestas últimas décadas, a transformação das relações entre os sexos – que talvez seja a maior revolução dos nossos tempos"*.

O segundo grupo de críticas denuncia uma crise de representatividade, com base na avaliação do fenômeno da abstenção eleitoral e defende a democracia direta. Neste grupo, o maior destaque corresponde aos

partidários da chamada "democracia deliberativa"¹⁴, muito ativos no mundo anglo-saxão¹⁵.

O argumento central contra o sistema representativo reside nos elevados percentuais de abstenção eleitoral. Esta é encarada em termos absolutos sem atentar para algumas distinções presentes nos países desenvolvidos, onde a democracia acha-se consolidada, a saber:

1ª) os eleitores distinguem direito de voto do seu exercício, por entender que eventuais opções sob exame requerem opinião amadurecida e,

2ª) grandes contingentes consideram que as regras básicas do sistema não serão alteradas¹⁶.

Basicamente, a alternativa considerada pela democracia deliberativa resume-se à democracia direta, que teria sido experimentada na Grécia e mais o fato de que seria exequível a partir dos avanços das tecnologias digitais. Mas vale observar que, no século XVIII, mesmo Rousseau registrava que, para o grego, o sorteio é que era democrático. Ou seja: mesmo as democracias diretas estão sujeitas a críticas.

4. NOVOS MODELOS DE DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A convivência tensa entre democracia e representação política não pode ser analisada como um fato novo. A relação conflituosa entre esses os conceitos é apontada de várias formas por autores recentes, mas suas origens remontam ao próprio processo histórico pelo qual foi estabelecido o modelo de governo representativo. Desnaturalizar a

¹⁴ As ideias apresentadas nesse trecho foram extraídas de De Macedo, Ubiratan Borges (org.). Avaliação crítica da proposta da democracia deliberativa. Rio de Janeiro-Londrina: Edições Humanidades, 2002.

¹⁵ O texto básico que consubstancia tal proposta intitula-se *The Constitution of Deliberative Democracy (1996)*, de Carlos Santiago Nino (1945/1993). Seus seguidores têm marcado uma grande presença na literatura especializada, bastando referir Amy Gutmann, James Bohman e John Elster.

¹⁶ Por exemplo, na Europa, a inadmissibilidade de déficit público ou de inflação tornou-se princípio aceito por todas as principais agremiações com assento no Parlamento e é condição para que o país ingresse e se mantenha na Comunidade Europeia.

democracia e a representação política passa justamente pela percepção de que sua relação sempre foi tensa e de disputa, e que o consenso, apesar de muito desejado em algumas vertentes, não é o que dá o tom final ao processo¹⁷.

O tema da representação política e seu processo de consolidação como prática das democracias parlamentares, não obstante, sempre encontrou entraves ao seu estabelecimento. Desde aqueles que desconfiavam de um déficit de soberania que a representação engendraria no processo democrático, tal como Rousseau (1978), que gerou mais tarde reflexões como a iniciada por Hannah Arendt (1958), para quem a política deve ser considerada como ação e liberdade, onde a pluralidade é condição *sine qua non*, até aqueles que buscam a desconstrução do próprio processo democrático, questionando a viabilidade de sua proposta.

Três matrizes teórico-interpretativas se apresentam como alternativas a esta crise do horizonte teórico democrático: o chamado novo republicanismo e a democracia liberal representativa e sua face pluralista. Para essas, a questão é como estabelecer canais em que se possam processar relações de cooperação público-privada, sem ferir as chamadas liberdades negativas e a soberania do Estado de Direito, levando-se em consideração a necessidade de interlocução com os grupos organizados de representação de interesses¹⁸. Essas formulações, embora possuam aspectos em comum, se apresentam como “modelos” diversos: neocorporativo, democracia participativa, associativa, deliberativa ou dialógica.

A democracia participativa é considerada um modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político com base no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação. Advoga que a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que - orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social - conferem um reordenamento à lógica de poder político tradicional.

¹⁷ FARIA, Alessandra Maia Terra de & D’ AVILA FILHO, Paulo M. (2009) O Social e o político em movimento: novas agendas para a representação política no Brasil. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009

¹⁸ Idem, op. cit.

Os principais instrumentos da democracia participativa ou deliberativa são o plebiscito, o referendun, a iniciativa popular de leis, os fóruns e audiências públicas, o orçamento participativo.

A democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Trata-se de um conceito que está fundamentalmente ancorado na ideia de que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública de coletividades de cidadãos livres e iguais. Constitui-se, portanto, em uma alternativa crítica às teorias "realistas" da democracia que, a exemplo do "elitismo democrático", enfatizam o caráter privado e instrumental da política.¹⁹

Segundo LENZI²⁰ "uma democracia deliberativa é vista como guiada por uma racionalidade comunicativa, na qual a interação social está livre da dominação, do comportamento estratégico e manipulador e do auto-engano (DRYZEK, 1999). Ao mesmo tempo, nessa concepção de democracia, todos os atores devem ser considerados como igualmente capazes de propor e questionar argumentos (competência comunicativa). Também não deve haver nenhuma restrição em relação à participação dos atores competentes. Para Dryzek (1990, p. 15), sob tais condições, "a única autoridade que permanece é aquela do melhor argumento, o qual pode ser desenvolvido em nome da descrição empírica, do entendimento e, não menos importante, da validade dos julgamentos normativos"

Essa concepção, por sua vez, remete ao conceito de democracia dialógica, de Anthony Guiddens. Em busca de uma compreensão das novas formas de solidariedade hoje constituídas, ou em vias de

¹⁹ [LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn \(2002\). Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre /Tese \(doutorado\) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas](#)

²⁰ LENZI, Cristiano Luis (2009) A política democrática da sustentabilidade: os modelos deliberativo e associativo de democracia ambiental. Ambiente & Sociedade. vol.12 no.1 Campinas Jan./June 2009.

constituir-se a partir de uma visão "alternativa" de democracia, Giddens (1996) achou por bem defini-la como "dialógica".

Para construir a sua concepção de democracia, o autor elenca o que seriam as causas desta nova condição democrática, ou seja: estariam ocorrendo mudanças nas sociedades que seriam, elas mesmas, as responsáveis pela produção deste espaço dialógico. Essas causas seriam: a globalização, a destradicionalização e a reflexividade institucional.

A globalização significa a queda das barreiras de toda natureza entre os povos e a comunicação em tempo real. A segunda causa apontada por Giddens (1996) para explicar a mudança nos processos democráticos existentes resulta do fato de que, ao aproximar e colocar em contato hábitos, morais e culturas, a globalização provoca intercâmbios e trocas entre comunidades que não mais se explicam por si mesmas, de modo que a tradição não pode mais existir em seus antigos moldes. Isso implica justamente uma perda parcial da identidade cultural, a destradicionalização, que permite, de outro modo, a sua recomposição a partir de engajamentos novos e, talvez cosmopolitas.

Para Guiddens²¹, em relação ao Estado moderno, não apenas o surgimento de poderes e capitais globais, mas a constante necessidade de negociação com a sociedade civil – outrora confundida com a "vontade geral" e a nação - evidencia esta crise da tradição.

De tudo isso decorre que a reflexividade institucional tem implicações sérias, uma delas é que se passa a viver em um mundo de incertezas. De outro modo, é importante considerar também que, diante desta nova realidade, o certo é que todos são leigos em relação à maioria das decisões que se toma diariamente, pois, como o perito é alguém que entende bem de um assunto em particular, também ele é um leigo em relação à grande maioria dos conhecimentos disponíveis sobre as escolhas que devem ser feitas cotidiana e rotineiramente.

Para esse autor, a democracia dialógica converge para a "necessidade de respeito das liberdades e da diversidade"; daí o fato de chamá-la dialógica, visto que a única possibilidade democrática, nestas condições

²¹ BECK, U. (1997). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK,U.; GIDDENS, A.; Lash, S. (orgs). Modernização reflexiva. São Paulo: Editora da Unesp, cap.1, 11-68p.

GIDDENS, Anthony(1991). As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp.

plurais, é a obtenção de um "consenso" a partir de novas formas de agir político que exercitem tanto a tolerância mútua como o diálogo aberto entre as partes. O grande risco reside exatamente na ocorrência do contrário, a defesa irrestrita de ideias e valores, o fundamentalismo e as formas de violência e intolerância que dele decorrem.

Por isso, a democracia dialógica é vista como parte de um processo mais amplo de "democratização da democracia", uma maneira de criar uma arena pública na qual os assuntos controversos possam ser resolvidos ou pelos menos abordados por meio do diálogo e não por formas preestabelecidas de poder.

Além da democracia dialógica, uma outra concepção é a de democracia associativa, assim descrita por LENZI²²

"No núcleo da teoria da democracia associativa de Paul Q. Hirst (1994), está o preceito de liberdade de associação e, de outro, a ideia de que as associações são fundamentais para a realização de liberdades individuais. Para Hirst (1994), as associações facilitam e viabilizam a realização dos interesses individuais, razão pela qual elas deveriam fazer parte de uma governança democrática.

Para isso, uma democracia associativa envolveria várias mudanças institucionais importantes. Primeiramente, ela implicaria o repasse de várias atividades realizadas pelo Estado para as associações e, ao mesmo tempo, a criação das condições econômicas para a reprodução das práticas associativas. Tal mudança deveria ser gradual, respeitando a aptidão das associações para assumir estas mesmas funções.

Diferentemente do liberalismo econômico, o que a democracia associativa de Hirst (1994) busca fazer não é diminuir os serviços oferecidos pelo Estado, mas, antes, reorganizar a oferta desses mesmos serviços por meio do associativismo. Acompanhando esse repasse de funções estatais para as associações, está o processo de descentralização. Tal descentralização envolveria esferas distintas do Estado e se expressaria tanto em termos territoriais como funcionais, o que permitiria dar resposta à burocratização que permeia as políticas governamentais. A democracia associativa também permitiria, segundo Hirst (1994, p. 68), "reconstruir as ligações entre os grupos e facilitar a construção de um foco nacional, regional ou social de identificação comum."

²² Op. cit.

Seja qual for a abordagem adotada e as críticas às deficiências da democracia, os regimes políticos democráticos se caracterizam por eleições livres, [liberdade de imprensa](#), respeito aos direitos civis constitucionais, garantias para a oposição e liberdade de organização e expressão do pensamento político. A democracia pressupõe um governo no qual os governantes têm a responsabilidade de efetivar as expectativas dos indivíduos politicamente livres e iguais. O mandato dos governantes não lhes dá direitos sobre os governados, mas sim impõe deveres.

5. REVISÃO DOS CONCEITOS EM DEMOCRACIA

5.1 DEMOCRACIA

A democracia é uma forma de governo profundamente enraizada na ideia de que o poder deve residir no povo. Originada na Grécia Antiga, especialmente na cidade-estado de Atenas, a democracia evoluiu ao longo dos séculos para se tornar um dos sistemas políticos mais adotados e idealizados em todo o mundo. O termo "democracia" vem dos vocábulos gregos "demos," que significa povo, e "kratos," que significa poder. Portanto, democracia traduz-se literalmente como "poder do povo."

Um dos elementos centrais da democracia é a participação popular. Os cidadãos têm várias maneiras de se envolver no sistema político, seja votando em eleições, seja participando de fóruns públicos ou expressando suas opiniões de maneira livre e aberta. Isso permite que o sistema seja receptivo e adaptável às necessidades e vontades da população.

Em democracias representativas, uma forma prevalente desse sistema de governo, os cidadãos elegem representantes para tomar decisões legislativas e executivas em seu nome. Esse modelo se destaca particularmente em países de grande extensão territorial ou população, onde a participação direta de cada cidadão em todas as decisões seria logisticamente inviável. A ideia de representação proporciona uma maneira eficiente de incluir as vozes de milhões em um processo decisório mais concentrado.

Outro aspecto significativo da democracia é o pluralismo. Um sistema democrático saudável valoriza a diversidade de opiniões e contextos, permitindo um ambiente onde diferentes pontos de vista podem ser expressos e considerados. Isso é complementado pelo Estado de Direito, onde regras e regulamentos são aplicados de forma equitativa, garantindo que nenhum indivíduo ou grupo possa exercer um poder desproporcional ou injusto.

A transparência e a responsabilidade são também pedras angulares de um sistema democrático eficaz. Os representantes eleitos são responsáveis perante o público e devem agir de forma transparente para que os cidadãos possam avaliar adequadamente seu desempenho e tomar decisões informadas em futuras eleições.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

No entanto, a democracia não está livre de críticas ou desafios. Temas como o papel do dinheiro na política, a eficácia da representação e a alienação do eleitorado são tópicos frequentes de debate e análise. Mesmo assim, a democracia permanece um sistema em constante evolução, que tenta se aperfeiçoar para melhor servir ao princípio do "poder do povo."

- **Tipos de Democracia**

A diversidade de sistemas democráticos apresenta uma gama de abordagens para permitir que os cidadãos exerçam seu poder político. Entre as mais conhecidas estão a democracia direta e a democracia representativa.

A democracia direta é frequentemente vista como a forma mais "pura" de democracia e tem suas raízes na Grécia Antiga. Em uma democracia direta, os cidadãos têm a oportunidade de votar diretamente em leis ou propostas específicas, em vez de passar essa responsabilidade a um representante. Na antiga Atenas, por exemplo, os cidadãos se reuniam regularmente para discutir e votar em questões que afetavam a cidade-estado. No entanto, essa forma de democracia é considerada impraticável em Estados-nação modernos, especialmente aqueles com grandes populações ou questões políticas e sociais complexas. Os referendos e plebiscitos são uma das poucas maneiras pelas quais elementos de democracia direta ainda são praticados hoje em dia.

Por outro lado, a democracia representativa, também conhecida como democracia indireta, é mais comum em sociedades complexas e altamente povoadas. Neste sistema, os cidadãos elegem representantes para tomar decisões legislativas, executivas e, em alguns casos, judiciais em seu nome. Os representantes são eleitos para mandatos fixos e podem ser removidos do cargo por meio de eleições subsequentes. Esse mecanismo busca equilibrar a necessidade de governança eficiente com a participação cidadã, permitindo que as pessoas tenham uma voz no governo sem a necessidade de se envolverem profundamente em todas as questões.

Ambas as formas têm seus méritos e desafios. Enquanto a democracia direta oferece um alto nível de engajamento cívico e responsabilidade direta nas decisões políticas, ela também pode ser árdua e impraticável em uma escala maior. A democracia representativa, embora mais gerenciável, pode sofrer com problemas como a alienação do eleitorado ou a influência desproporcional de certos grupos. Independentemente

do tipo, o objetivo central de qualquer sistema democrático continua sendo o mesmo: permitir que o poder emanado do povo seja exercido de forma justa e eficaz.

- **Princípios Fundamentais da Democracia**

Os princípios fundamentais da democracia servem como alicerces que sustentam o sistema político e garantem sua integridade e eficácia. Entre os mais notáveis estão a participação popular, a igualdade, a transparência, a responsabilidade e o pluralismo.

A participação popular é talvez o mais direto dos princípios democráticos, enfatizando o direito dos cidadãos de votar e serem eleitos para cargos públicos. Esse princípio garante que o poder político seja distribuído de maneira ampla entre os membros da sociedade, permitindo que as pessoas tenham uma voz direta ou indireta nas decisões que afetam suas vidas.

A igualdade em uma democracia é refletida no princípio de que todos os votos têm o mesmo peso, independente de classe social, gênero, etnia ou qualquer outra característica individual. Esse é um conceito fundamental que busca garantir que o sistema seja justo e imparcial, onde a influência política de um indivíduo não seja mais significativa do que a de outro simplesmente devido ao seu status social ou econômico.

A transparência é outro pilar da democracia, garantindo que as decisões políticas sejam feitas de maneira aberta, e com amplo acesso à informação. Isso permite que os cidadãos avaliem as ações de seus representantes de forma crítica e informada, algo essencial para o funcionamento saudável de qualquer sistema democrático.

O princípio da responsabilidade garante que os representantes eleitos sejam responsáveis por suas ações e decisões. Isso significa que eles devem prestar contas ao público e que estão sujeitos ao Estado de Direito. Quando os funcionários falham em suas responsabilidades ou abusam de seu poder, mecanismos como *impeachment*, votos de desconfiança ou eleições podem ser usados para removê-los do cargo.

Por último, o pluralismo é fundamental para a manutenção de uma democracia saudável. Ele preconiza a aceitação da diversidade de opiniões e contextos políticos, bem como o respeito pelos direitos fundamentais de cada cidadão, incluindo liberdades de expressão e de associação. O pluralismo contribui para um ambiente político em que diferentes vozes podem ser ouvidas e diferentes perspectivas podem ser

consideradas, enriquecendo assim o debate público e as decisões políticas.

Esses princípios trabalham juntos para formar a espinha dorsal de sistemas democráticos, fornecendo os meios e os limites dentro dos quais o poder político é exercido e regulamentado.

- **Desafios da Democracia Moderna**

A democracia moderna, embora estabelecida sobre princípios fundamentais sólidos, enfrenta vários desafios que ameaçam sua eficácia e integridade. Alguns dos mais significativos são a participação decrescente, a influência desigual de certos grupos, a disseminação de desinformação e a complexidade de lidar com questões transnacionais.

Em relação à participação, é paradoxal que um sistema que depende do engajamento cívico veja tantos cidadãos se abstendo de votar ou de participar de outras formas no processo político. A alienação e o desinteresse podem surgir por várias razões, como a descrença na eficácia do voto ou a falta de confiança nas instituições políticas, o que pode corroer a base da democracia.

A influência desigual de certos grupos ou elites é outro problema sério. O ideal democrático de igualdade pode ser comprometido quando organizações poderosas, grandes empresas ou indivíduos ricos exercem uma influência desproporcional sobre o processo político, muitas vezes por meio de contribuições de campanha, *lobbying* ou acesso privilegiado a tomadores de decisão.

A questão da desinformação, especialmente em nossa era digital, é outra ameaça crescente. "Fake news" e outras formas de informação errônea podem distorcer a percepção pública e influenciar o processo eleitoral e a tomada de decisão, desafiando o princípio da transparência e o papel informado do eleitorado.

Por fim, os desafios transnacionais como mudança climática, segurança global e a própria natureza da globalização exigem soluções que muitas vezes transcendem as fronteiras nacionais. Isso levanta questões complexas sobre como uma democracia, que é fundamentalmente uma instituição nacional, pode efetivamente abordar problemas que são globais em escopo.

Cada um desses desafios apresenta questões significativas para o futuro da democracia e requer soluções cuidadosas que equilibrem os ideais

democráticos com as realidades práticas e complexidades do mundo moderno.

A democracia, em sua essência, nasce da aspiração humana por igualdade, justiça e uma governança que reflete a vontade do povo. Muitos a consideram o sistema de governo mais eficaz para assegurar direitos fundamentais, fomentar a liberdade individual e coletiva e fornecer salvaguardas contra o abuso de poder. No entanto, como qualquer sistema político, a democracia não é imune a falhas e desafios.

Para que a democracia seja eficaz, dois componentes são essenciais: um eleitorado informado e engajado, e instituições políticas robustas e transparentes. A primeira condição exige que os cidadãos não apenas participem do processo eleitoral, mas também estejam bem informados sobre as questões em pauta. Isso serve para assegurar que as decisões tomadas, seja em urnas ou através de representantes, reflitam escolhas ponderadas e não de desinformação ou manipulação.

O segundo componente, instituições robustas e transparentes, é igualmente vital. Essas instituições, que incluem não apenas órgãos legislativos e executivos, mas também a imprensa, o judiciário e outras entidades civis, devem funcionar de maneira transparente e ser imunes à corrupção e ao abuso de poder. A robustez dessas instituições é o que permite que o sistema se autorregule e mantenha seus líderes responsáveis perante o povo e as leis do país.

Apesar de seus desafios, como a influência desigual de poder, a desinformação e a complexidade de questões globais, a democracia continua sendo uma das formas mais resilientes e adaptáveis de governo. Sua flexibilidade a permite se ajustar a diferentes contextos culturais e sociais, enquanto seus princípios fundamentais garantem que a dignidade, a liberdade e a igualdade humanas permaneçam em seu cerne. Assim, para muitos, a democracia permanece como o sistema que, apesar de suas imperfeições, oferece as melhores ferramentas para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

TIPOS DE DEMOCRACIA

- **Democracia Direta:** Cidadãos votam diretamente em leis e propostas.
- **Democracia Representativa:** Cidadãos elegem representantes para tomar decisões em seu nome.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA DEMOCRACIA

- **Participação Popular:** Direito de votar e ser votado.
- **Igualdade:** Todos os votos têm o mesmo peso.
- **Transparência:** Decisões e ações políticas são abertas ao público.
- **Responsabilidade:** Representantes são responsáveis perante o público.
- **Pluralismo:** Aceitação da diversidade de opiniões e contextos políticos.

DESAFIOS DA DEMOCRACIA MODERNA

- **Participação Decrescente:** Cidadãos se abstendo de votar ou participar.
- **Influência Desigual:** Poder de grupos ou elites sobre o processo político.
- **Desinformação:** Propagação de informações errôneas.
- **Questões Transnacionais:** Desafios que ultrapassam fronteiras nacionais.

COMPONENTES ESSENCIAIS PARA EFETIVIDADE

- **Eleitorado Informado e Engajado:** Cidadãos bem informados para tomar decisões ponderadas.
- **Instituições Robustas e Transparentes:** Órgãos do governo e entidades civis que funcionam de forma transparente e são imunes à corrupção.

5.2 DEMOCRACIA CLÁSSICA

A visão da democracia clássica é frequentemente rastreada até as antigas civilizações da Grécia e Roma, com destaque especial para Atenas, uma cidade-estado que é frequentemente referida como o berço da democracia. Dentro da ciência política, essa visão clássica é fundamental para entender as raízes e os princípios fundamentais da democracia e como ela evoluiu ao longo do tempo.

• Atenas e a Democracia Clássica

O experimento democrático de Atenas, liderado por reformadores como Clístenes no final do século VI AC, é frequentemente visto como o protótipo da democracia. Esta era uma democracia direta, onde os cidadãos (uma categoria limitada que excluía mulheres, escravos e não-

atenienses) se reuniam na Ágora para debater e votar diretamente em leis e políticas.

✓ Principais características da Democracia Clássica

Participação Direta: Na democracia ateniense, os cidadãos participaram publicamente das assembleias e dos julgamentos. Eles não apenas propunham e votavam leis, mas também desempenhavam funções judiciais.

Sorteio: Ao contrário do sistema moderno de representantes eleitos, muitas cargas públicas em Atenas foram distribuídas por sorteio. Acreditava-se que o sorteio garantia uma representação equitativa e prevenia a corrupção.

Ostracismo: Uma prática única em Atenas, onde os cidadãos podiam votar para exilar uma pessoa por dez anos se acreditassem que ela era uma ameaça para a cidade.

✓ Limitações da Democracia Clássica

Exclusão: A democracia ateniense era para uma minoria. Mulheres, escravos e metecos (estrangeiros residentes) foram excluídos da participação política.

Tamanho e Escala: A democracia direta em Atenas era viável principalmente por causa do tamanho da cidade-estado. Em territórios maiores, a representação direta torna-se logisticamente difícil.

Influência dos Oradores: Enquanto a democracia ateniense valorizava a participação, os oradores talentosos tinham uma influência desproporcional nas assembleias.

➤ Influência Romana

Embora Roma seja mais frequentemente associada à república do que à democracia, seu sistema de governo tinha elementos democráticos, principalmente o sistema de Senado e Assembleia. No entanto, a ênfase romana foi mais na representação e sem equilíbrio de poder.

Legado da Democracia Clássica

Os princípios da democracia moderna influenciaram profundamente os pensadores do Iluminismo e os fundadores das repúblicas modernas, como os Estados Unidos. Eles se inspiraram nos ideais de participação cidadã, equilíbrio de poderes e liberdades individuais.

Destarte, a visão clássica da democracia estabelece os alicerces para as práticas e ideais democráticos. Embora o modelo ateniense não seja diretamente replicável nas sociedades modernas, seus princípios continuam a ressoar e informar os debates sobre governança, representação e os direitos dos cidadãos.

Atenas e a Democracia Clássica

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- **Participação Direta:** Cidadãos atenienses podiam participar diretamente em assembleias e julgamentos.
- **Sorteio:** Muitos cargos públicos eram designados por sorteio para assegurar representação equitativa.
- **Ostracismo:** Cidadãos podiam votar para exilar indivíduos considerados uma ameaça à cidade por dez anos.

LIMITAÇÕES

- **Exclusão:** Somente uma minoria tinha direitos políticos (excluía mulheres, escravos, e metecos).
- **Tamanho e Escala:** Funcionava bem devido ao pequeno tamanho da cidade-estado de Atenas.
- **Influência dos Oradores:** Indivíduos eloquentes podiam exercer influência desproporcional nas assembleias.

Influência Romana

- Mais associada com o conceito de república.
- Incluía elementos democráticos como o sistema de Senado e Assembleia.
- Ênfase em representação e equilíbrio de poder.

Legado da Democracia Clássica

- Influenciou profundamente o Iluminismo e as repúblicas modernas.
- Inspirou princípios como participação cidadã, equilíbrio de poderes e liberdades individuais.

5.3 DEMOCRACIA DIRETA

A democracia direta é um conceito fundamental na ciência política e refere-se a um sistema de governo no qual os cidadãos participam diretamente na tomada de decisões políticas, em vez de delegar essa autoridade aos representantes eleitos. Esta forma de democracia tem raízes na antiguidade e ainda encontra aplicações em algumas situações modernas. Vamos explorar o conceito, suas origens, vantagens e vantagens, bem como sua aplicabilidade no mundo contemporâneo.

- **Origens da Democracia Direta**

A democracia direta é muitas vezes associada à antiga Atenas, considerada o berço da democracia. Na Atenas do século V AC, os cidadãos (uma categoria que excluía mulheres, escravos e não-atenienses) reuniam-se regularmente na *Ágora*, ou assembleia, para tomar decisões sobre leis, políticas e questões judiciais.

- **Características da Democracia Direta**

Na democracia direta, os cidadãos assumem um papel ativo e direto na tomada de decisões políticas, eliminando a necessidade de intermediários ou representantes eleitos para agir em seu nome. Essa forma de governo se diferencia dos modelos representativos, nos quais os eleitores escolhem indivíduos para representá-los em cargos políticos. Em uma democracia direta, o poder político é exercido pelo povo de uma forma muito mais imediata.

O processo de tomada de decisão em uma democracia direta pode ocorrer de duas formas principais: consenso ou votação direta. O consenso envolve um processo colaborativo, buscando um acordo mútuo entre todos os participantes. Isso geralmente requer um diálogo extenso e a vontade de fazer concessões. Por outro lado, a votação direta é um método mais imediato e menos demorado de decisão, mas que pode resultar em soluções polarizadas se não houver um acordo geral.

Em contextos modernos, a implementação da democracia direta foi expandida para incluir uma série de mecanismos que facilitam a participação popular. Isso inclui o uso de referendos, que são votações públicas diretas sobre uma questão específica já aprovada pelo Legislativo. Também estão incluídos os plebiscitos, utilizados para autorizar a discussão de determinado assunto pelos poderes constituídos. As iniciativas populares permitem que os cidadãos proponham legislação diretamente, enquanto a revogação de mandato oferece um meio de destituir representantes eleitos que não estão atendendo às expectativas dos eleitores.

A democracia direta oferece vários caminhos para o exercício do poder político pelo cidadão comum, tornando o sistema mais sensível e responsivo às necessidades e desejos do público.

- **Vantagens da Democracia Direta**

Na democracia direta, uma das vantagens mais notáveis é o engajamento cidadão. Este modelo de governança estimula a participação ativa dos cidadãos em assuntos públicos, incentivando-os a estarem mais informados e envolvidos em questões políticas. Dessa forma, não apenas se dá aos indivíduos uma voz mais direta na política, mas também se promove uma sociedade mais consciente e participativa.

Outro aspecto positivo é a legitimidade das decisões tomadas. Neste sistema, as decisões políticas são reflexo direto da vontade da maioria dos cidadãos que participam. Portanto, tais decisões tendem a ter uma aceitação mais ampla, uma vez que emanam diretamente do consenso ou da votação dos cidadãos. Isso confere uma espécie de validação social e moral às políticas implementadas, tornando-as mais difíceis de serem contestadas.

Além disso, a democracia direta tem a vantagem de reduzir intermediários no processo político. Ao eliminar a necessidade de representantes eleitos para tomar decisões em nome do povo, reduzem-se as oportunidades para corrupção, nepotismo e outros tipos de má conduta que podem surgir quando o poder é concentrado nas mãos de poucos. Isso também minimiza o risco de decisões políticas que se desviam do desejo da maioria, já que não há uma camada adicional de representação que possa ter suas próprias agendas ou interesses.

A democracia direta possui atributos que favorecem o engajamento dos cidadãos, conferem maior legitimidade às decisões políticas e minimizam os riscos associados à intermediação política. Cada uma dessas vantagens contribui para um sistema político mais transparente, responsivo e alinhado com a vontade do povo.

- **Desvantagens e Críticas**

As desvantagens da democracia direta também são dignas de consideração e alvo de críticas significativas. Uma das principais limitações é a inviabilidade em grandes populações ou em entidades geograficamente extensas. A logística envolvida em permitir que cada cidadão vote em cada questão seria extraordinariamente complexa e cara. Além disso, em sistemas políticos de larga escala, a informação necessária para tomar decisões bem ponderadas em uma série de questões pode ser tão vasta que torna o modelo impraticável para o cidadão médio.

A segunda desvantagem é a possibilidade de decisões impulsivas. Na democracia direta, o público pode tomar decisões baseadas em emoções, informações insuficientes ou desinformação. Essa característica é especialmente preocupante em situações que requerem conhecimento técnico ou uma compreensão profunda de questões complexas, as quais o cidadão médio pode não ter. A falta de filtros ou de deliberação mais aprofundada pode levar a decisões precipitadas que não consideram as implicações de longo prazo.

Por último, há o risco de marginalização de minorias. Sem as salvaguardas apropriadas, a democracia direta está sujeita ao que é frequentemente descrito como "tirania da maioria." Nesse cenário, os interesses das minorias podem ser consistentemente superados pelos da maioria, levando a políticas que marginalizam ou prejudicam grupos menos numerosos ou menos poderosos.

Portanto, enquanto a democracia direta tem seus méritos, as desvantagens e críticas levantadas contra ela sugerem que sua aplicação pode ser mais adequada em certos contextos e escalas, e que salvaguardas devem ser colocadas para mitigar seus riscos. Esses desafios não a invalidam como uma forma de governo, mas sim destacam a necessidade de um design cuidadoso para que funcione eficazmente e de forma justa.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

- **Democracia Direta no Mundo Moderno**

Na era moderna, a democracia direta é frequentemente usada em conjunto com sistemas de democracia representativa para criar um equilíbrio mais dinâmico e responsivo entre governantes e governados. A Suíça é talvez o exemplo mais notório disso, onde os cidadãos têm o direito de propor mudanças constitucionais através de iniciativas populares e podem também contestar leis aprovadas pelo parlamento através de referendos. Esse sistema híbrido oferece uma forma eficaz de manter o governo em cheque e permite que a vontade popular tenha um impacto direto na governança.

Nos Estados Unidos, muitos estados adotam elementos de democracia direta por meio de processos de iniciativa e referendos. Estes mecanismos permitem que os cidadãos proponham novas leis ou alterações à legislação existente, bem como a revogação de leis ou decisões governamentais. Isso confere aos eleitores um grau significativo de controle e influência sobre a legislação estadual, mesmo em um sistema predominantemente representativo.

Embora a democracia direta em sua forma mais pura possa não ser prática para países com grandes populações ou sistemas complexos, os princípios subjacentes continuam a inspirar inovações em governança em todo o mundo. Em um momento em que há uma desconfiança crescente em relação às instituições políticas e aos representantes eleitos, a inclusão de elementos de democracia direta pode servir para reengajar os cidadãos. Isso não apenas fortalece a legitimidade das decisões políticas, mas também pode revitalizar o contrato social entre o governo e o governado, tornando o sistema político como um todo mais robusto e resiliente.

ORIGENS DA DEMOCRACIA DIRETA

- Associada à antiga Atenas no século V a.C.
- Decisões tomadas na Ágora, uma assembleia pública.

CARACTERÍSTICAS DA DEMOCRACIA DIRETA

- Participação direta dos cidadãos na tomada de decisões.
- Pode ser por consenso ou votação direta.
- Mecanismos modernos incluem referendos, plebiscitos, iniciativas populares e revogação de mandato.

VANTAGENS DA DEMOCRACIA DIRETA

- Maior engajamento cidadão.
- Legitimidade nas decisões políticas.
- Redução de intermediários, minimizando corrupção e má conduta.

DESVANTAGENS E CRÍTICAS

- Inviável para grandes populações ou áreas extensas.
- Risco de decisões impulsivas e mal informadas.
- Possibilidade de "tirania da maioria" que marginaliza minorias.

DEMOCRACIA DIRETA NO MUNDO MODERNO

- Usada junto com a democracia representativa para um sistema mais equilibrado.
- Exemplos incluem Suíça e alguns estados dos EUA.
- Continua a inspirar novos mecanismos de governança e engajamento cidadão.

5.4 DEMOCRACIA LIBERAL

A democracia liberal é um modelo de democracia baseado na noção de proteção dos direitos individuais e das liberdades civis. Nesse sistema, o poder do governo é limitado por leis e uma constituição para garantir que não infrinja esses direitos. O foco está na liberdade individual, na igualdade perante a lei e na proteção contra a tirania da maioria. Características como separação de poderes, um judiciário independente e a garantia de direitos fundamentais são essenciais neste modelo.

- **A visão minimalista/econômica (Schumpeter/Downs)**

A teoria democrática de Joseph Schumpeter se destaca por sua simplicidade e foco no mecanismo eleitoral como o cerne da democracia. Enquanto várias outras definições enfatizam a participação cidadã, os direitos humanos e outros elementos substantivos, Schumpeter opta por uma abordagem mais minimalista. Segundo ele, a democracia é, essencialmente, um sistema em que líderes e partidos políticos competem por votos para assumir cargos públicos.

Schumpeter minimiza a importância dos direitos civis e das liberdades individuais no seu conceito de democracia. Para ele, o que define um regime democrático é unicamente o processo de eleições livres e justas. O foco está no procedimento eleitoral, e não necessariamente nas políticas ou no comportamento dos líderes após serem eleitos. Esta perspectiva sugere que, desde que exista um processo de eleição competitiva, um país pode ser considerado democrático, independentemente de outros fatores como a liberdade de imprensa, direitos humanos ou o estado de direito.

No entanto, essa abordagem tem sido objeto de críticas significativas. Muitos estudiosos e políticos argumentam que uma definição tão restrita negligencia vários elementos que são fundamentais para uma democracia saudável, como a garantia de direitos individuais e instituições fortes. Eles apontam que o simples ato de votar é insuficiente para assegurar que os desejos e necessidades dos cidadãos sejam adequadamente representados e atendidos.

Apesar das críticas, a visão de Schumpeter ainda é relevante, especialmente em contextos de transição política. Em países que estão emergindo de regimes autoritários, a implementação de eleições livres e competitivas é frequentemente um primeiro passo importante para a democratização. Nesse sentido, a abordagem minimalista serve como um critério inicial para avaliar o progresso em direção a um regime mais democrático.

Enquanto a teoria democrática de Schumpeter pode ser vista como limitada por não incorporar direitos e liberdades substantivas, ela ainda oferece uma estrutura útil para entender o elemento competitivo que está no coração de muitos sistemas democráticos. A definição minimalista que ele propõe desafia outras perspectivas mais abrangentes e idealistas, tornando-se assim uma contribuição significativa ao debate contínuo sobre o que realmente significa ser uma democracia.

Por outro lado, Anthony Downs é conhecido por sua teoria econômica da democracia, que representa um modelo significativamente diferente das visões mais idealistas ou participativas da governança democrática. A sua abordagem aplica conceitos de economia de mercado à política, onde a democracia é tratada essencialmente como um mercado competitivo. Neste mercado, partidos políticos são como empresas que buscam maximizar seus "lucros", que neste caso são votos.

Na perspectiva de Downs, os partidos políticos oferecem plataformas e políticas como "produtos" aos eleitores. Estes, por sua vez, agem como "consumidores" que fazem suas escolhas baseadas em suas próprias preferências, necessidades e cálculos racionais. O objetivo final de cada eleitor é maximizar sua própria utilidade, ou seja, eleger o partido cujas propostas mais se alinham com seus interesses pessoais.

Downs argumenta que, da mesma forma que empresas ajustam seus produtos para atender às demandas dos consumidores e ganhar vantagem competitiva, os partidos políticos ajustam suas plataformas para atrair o maior número de votos. Este cenário resulta em uma competição constante entre partidos para se adaptar às preferências do eleitorado, o que idealmente deveria levar a políticas que refletem os desejos da maioria.

No entanto, a teoria de Downs também atrai críticas. Um dos principais pontos de controvérsia é a suposição de que os eleitores são racionais e bem informados, o que nem sempre é o caso. A manipulação da informação, o apelo ao sentimento em detrimento da razão e outros fatores sociais e psicológicos podem distorcer esse ideal de "mercado perfeito". Além disso, essa visão pode negligenciar elementos essenciais da democracia, como a importância da participação cidadã ativa além do ato de votar, a garantia de direitos civis e a função das instituições.

Apesar dessas críticas, a teoria de Downs oferece uma lente interessante para examinar o comportamento tanto dos partidos quanto dos eleitores em sistemas democráticos. Ela também destaca o papel do autointeresse e da competição, fatores que são frequentemente menos enfatizados em outras abordagens mais idealistas da democracia. Seu modelo contribui para um entendimento mais pragmático da política, onde a democracia é vista como um sistema de mercado, sujeito às mesmas falhas e eficiências dos mercados econômicos.

- **A Teoria das Elites**

A Teoria das Elites, defendida por pensadores como Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, oferece uma perspectiva mais pragmática da democracia. Segundo essa teoria, um pequeno grupo de indivíduos altamente qualificados e influentes, conhecidos como "elites", detém o poder real em qualquer sistema político, independentemente de quão democrático ele possa parecer à primeira vista.

De acordo com Mosca e Pareto, essas elites têm acesso a recursos, conhecimento e habilidades especiais que os tornam mais aptos para governar. Acreditava-se que esses grupos emergem em todas as sociedades devido às diferenças inerentes em talento, inteligência e ambição entre as pessoas. Esses indivíduos não apenas ocupam posições de poder como também são essenciais na formulação e implementação de políticas que afetam a vida da população em geral.

Um aspecto importante dessa teoria é a noção de que a democracia, em sua essência, permite apenas a substituição de um grupo de elite por outro. O mecanismo democrático serve mais para mudar as faces da elite do que para redistribuir o poder de forma mais igualitária entre os cidadãos. Mesmo com a mudança de governantes ou de partidos no poder, a estrutura básica de uma governança de elite continua essencialmente a mesma.

Essa visão é, naturalmente, objeto de críticas. Alguns a consideram muito cínica, argumentando que ela desconsidera a potencial eficácia dos movimentos populares e da participação cidadã em criar mudanças significativas. Além disso, a teoria pode ser interpretada como uma justificativa para a desigualdade e concentração de poder, algo que vai contra os princípios democráticos de igualdade e justiça social.

No entanto, a Teoria das Elites ainda oferece um quadro valioso para a análise da dinâmica do poder em sistemas políticos, incluindo democracias. Ela ajuda a entender como certos grupos mantêm uma influência desproporcional e como as estruturas de poder persistem ao longo do tempo, mesmo diante de mudanças visíveis na liderança política.

- **Pluralismo**

O pluralismo é uma teoria que apresenta uma visão mais otimista da democracia, sugerindo que o poder é ou deve ser distribuído entre vários grupos de interesse na sociedade. Pioneiros na área como Robert Dahl defendem que uma sociedade democrática verdadeira só pode ser alcançada quando vários grupos, sejam eles políticos, econômicos ou sociais, têm uma voz ativa na tomada de decisões.

Segundo o pluralismo, o poder não é algo que apenas um pequeno grupo ou uma elite detém, mas sim um recurso que está espalhado por várias instituições e grupos na sociedade. Essa visão pressupõe que, uma vez que múltiplos grupos têm algum grau de influência no processo político, o resultado será mais equitativo e representativo das várias facetas e interesses da sociedade.

A competição e a negociação são vistas como características fundamentais do pluralismo. Em vez de uma única voz dominante, várias entidades competem para ter suas preocupações e pontos de vista considerados. Isso é benéfico não apenas para o processo decisório, mas também para a saúde da democracia como um todo. A lógica é que, se muitos grupos têm a capacidade de influenciar políticas públicas, é menos provável que qualquer um deles possa acumular poder em excesso.

Contudo, o pluralismo também tem seus críticos. Alguns argumentam que, na prática, nem todos os grupos têm o mesmo grau de acesso ou influência no processo político, resultando em uma representação desigual e, em última instância, em desigualdade social e econômica. Há também a preocupação de que o sistema possa tornar-se tão fragmentado que a governança eficaz se torne difícil, com muitas vozes clamando por atenção, mas poucas sendo capazes de formar um consenso.

A teoria do pluralismo oferece uma estrutura para entender como a democracia pode funcionar de uma maneira que incorpore múltiplas vozes e interesses. Ela destaca a importância da distribuição do poder e da capacidade de vários grupos de terem um impacto significativo nas políticas e decisões que moldam uma nação.

- **Paradoxo da Tolerância**

O Paradoxo da Tolerância é um conceito fascinante que foi trazido à atenção pública por Karl Popper, um filósofo austro-britânico. A ideia central do paradoxo é um dilema ético e político enfrentado por sociedades que prezam a tolerância e a liberdade de expressão: até que ponto deve-se tolerar a intolerância? Popper argumenta que uma sociedade verdadeiramente aberta corre o risco de se destruir se permitir a propagação irrestrita de visões intolerantes ou antidemocráticas.

Segundo este ponto de vista, enquanto uma sociedade deve aspirar a ser o mais inclusiva e tolerante possível, deve haver limites para essa tolerância quando ela ameaça a própria estrutura que permite tal liberdade. Em outras palavras, ser excessivamente tolerante com grupos ou ideias que buscam subverter ou eliminar a tolerância é, na verdade, uma forma de autossabotagem.

Isso não significa que deve haver uma repressão automática ou censura de visões controversas. O ponto que Popper tenta fazer é que há um limite para o quanto uma sociedade pode se estender em sua tolerância sem comprometer seus próprios princípios fundamentais. Se a intolerância é permitida florescer sem restrições, então é apenas uma questão de tempo até que as forças antidemocráticas possam ganhar suficiente ímpeto para desafiar ou mesmo destruir as instituições democráticas existentes.

O paradoxo da tolerância, portanto, oferece uma perspectiva crítica sobre os desafios de manter uma sociedade aberta e democrática. Ele nos lembra da necessidade de equilibrar valores como a liberdade de expressão e a tolerância com a preservação da estrutura democrática que torna esses valores possíveis em primeiro lugar. É uma espécie de aviso contra a complacência, sugerindo que até mesmo as sociedades mais abertas devem ser atentas aos riscos que podem surgir ao tolerar o intolerável.

O campo da ciência política oferece uma rica tapeçaria de abordagens analíticas para estudar a democracia. Diferentes correntes de pensamento fornecem lentes variadas através das quais podemos entender os mecanismos, as limitações e as potencialidades dos sistemas democráticos. Essas teorias não são apenas acadêmicas ou teóricas, mas têm aplicações práticas que podem ajudar a informar políticas públicas, orientar reformas e avaliar a saúde de sistemas políticos.

Por exemplo, a abordagem minimalista de Joseph Schumpeter enfoca o processo eleitoral, considerando a democracia principalmente como um mecanismo para seleção de liderança. Já a teoria de Anthony Downs sobre democracia como um mercado nos faz pensar nas relações entre eleitores e candidatos de forma quase comercial, onde votos são trocados por promessas de políticas públicas.

A Teoria das Elites oferece uma visão mais cínica, sugerindo que, independentemente do grau de participação popular, as decisões são finalmente tomadas por um pequeno grupo de indivíduos altamente qualificados e cheios de recursos. O pluralismo, por outro lado, nos oferece um cenário mais otimista, onde múltiplos grupos de interesse coexistem e competem de forma a balancear o poder e evitar a dominação de um único grupo.

O paradoxo da tolerância de Karl Popper nos convida a refletir sobre os limites éticos e práticos da tolerância em uma sociedade democrática, sugerindo que a tolerância absoluta pode ser autodestrutiva se permitir o crescimento da intolerância.

Estas diversas teorias e conceitos servem como ferramentas intelectuais que nos permitem navegar a complexidade dos sistemas democráticos. Eles fornecem os *frameworks* que nos ajudam a fazer perguntas mais incisivas sobre como as democracias podem ser melhoradas, quais são os seus pontos fracos e como podem ser adaptadas para enfrentar os desafios contemporâneos. Ao entender essas diferentes perspectivas, estamos mais bem equipados para participar de debates informados sobre o futuro da democracia e para contribuir para o seu aprimoramento e sustentabilidade.

Conceito/Teoria	Definição / Características Principais	Críticas / Controvérsias
Democracia Liberal	Foco nos direitos individuais, separação de poderes e liberdades civis.	-
Visão Minimalista	Foco em eleições como mecanismo principal da democracia. Enfatiza competição por votos.	Criticada por ser muito limitada e por negligenciar direitos individuais e instituições fortes.
Teoria das Elites	Poder detido por um pequeno grupo de indivíduos qualificados. Democracia serve para substituir um grupo de elite por outro.	Criticada por ser cínica e por justificar a desigualdade e concentração de poder.
Pluralismo	Poder é distribuído entre múltiplos grupos de interesse. Fomenta competição e negociação.	Críticas sobre representação desigual e potencial fragmentação do sistema.
Paradoxo da Tolerância	Aborda os limites da tolerância em uma sociedade aberta.	-

5.5 DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A democracia representativa é uma das formas mais comuns de democracia no mundo contemporâneo. Em contraste com a democracia direta, na qual os cidadãos tomam decisões políticas diretamente, a democracia representativa é um sistema em que os cidadãos elegem representantes para tomar decisões em seu nome. Este modelo é amplamente utilizado em nações com grandes populações, onde seria impraticável para que todos os cidadãos participassem diretamente de todas as decisões governamentais.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

Histórico: A ideia de representação política remanescente à antiguidade, mas o modelo de democracia representativa, como os atuais, começou a tomar forma durante a era do Iluminismo na Europa. Pensadores como John Locke e Montesquieu argumentaram que um governo representativo era a melhor forma de proteger os direitos individuais e promover o bem comum.

Funcionamento: Os cidadãos votam periodicamente para eleger seus representantes em diversos níveis de governo, seja local, estadual ou nacional. Uma vez eleitos, esses representantes tomam decisões legislativas, executivas ou judiciais em nome de seus deputados.

- **Vantagens**

Uma das principais vantagens da democracia representativa é sua eficácia na tomada de decisões. Em países com populações que contam com milhões ou até bilhões de indivíduos, a realização de um consenso direto é praticamente inviável. A democracia representativa, ao permitir que as pessoas elejam representantes para tomar decisões em seu nome, torna o processo decisório não apenas mais rápido, mas também mais organizado.

Além disso, a democracia representativa possibilita uma maior especialização por parte dos eleitos. Ao invés de cada cidadão ter que se tornar um expert em todas as matérias que afetam uma nação, eles podem eleger pessoas que tenham o tempo e a expertise para se dedicar ao estudo e compreensão de assuntos complexos. Isso leva a decisões mais informadas e bem ponderadas, o que é benéfico para a sociedade como um todo.

Por último, a democracia representativa pode contribuir para a estabilidade política de uma nação. Ao eleger representantes, o sistema evita que decisões sejam tomadas com base em impulsos momentâneos da população, o que poderia levar a mudanças abruptas e potencialmente prejudiciais. Com um sistema de representação, há uma camada adicional de deliberação que ajuda a moderar e estabilizar as decisões políticas.

- **Desafios**

Os desafios da democracia representativa são diversos e complexos, começando pela possível desconexão entre os desejos dos eleitores e as ações dos representantes eleitos. Muitas vezes, os políticos podem tomar decisões que não refletem as necessidades ou vontades daqueles que os elegeram, criando uma lacuna entre o governo e o povo.

Outro desafio significativo é o poder desproporcional que certos grupos de interesse podem exercer sobre os representantes. Este tipo de influência pode levar a decisões que favorecem um grupo específico em detrimento do bem-estar geral da população, distorcendo o princípio da verdadeira representatividade.

O partidarismo também representa um obstáculo, especialmente em sistemas políticos altamente polarizados. Nesses casos, decisões são frequentemente tomadas com base em lealdades partidárias, em vez de no que é melhor para os eleitores. Isso pode levar a uma governança ineficaz e a uma erosão da confiança nas instituições democráticas.

Para mitigar alguns desses desafios, diversos países incorporaram elementos de democracia direta, como referendos, plebiscitos ou iniciativas populares, em seus sistemas representativos. Embora esses mecanismos possam aprimorar a interação entre eleitores e eleitos, eles também apresentam suas próprias complexidades e desafios.

Por fim, a questão da representatividade real continua a ser um desafio contínuo. Garantir que os representantes eleitos reflitam verdadeiramente a diversidade e os interesses de sua população é fundamental para o sucesso de qualquer sistema democrático. Fatores como gênero, etnia, classe e outros elementos socioculturais podem influenciar significativamente a qualidade da representação, exigindo esforços contínuos para tornar o sistema mais inclusivo e equitativo.

A democracia representativa é um modelo que busca equilibrar a participação popular no governo com a eficiência e estabilidade na tomada de decisões. Como qualquer sistema, suas vantagens e desafios, e o sucesso de sua implementação dependem de uma série de fatores, incluindo a cultura política de uma nação e a robustez de suas instituições democráticas.

Democracia Representativa

HISTÓRICO

- Origens remontam à antiguidade.
- Modernização do conceito durante o Iluminismo por pensadores como John Locke e Montesquieu.

FUNCIONAMENTO

- Cidadãos votam periodicamente para eleger representantes em níveis local, estadual e nacional.
- Representantes eleitos tomam decisões legislativas, executivas ou judiciais em nome dos eleitores.

VANTAGENS

- **Eficácia:** Facilita a tomada de decisão em nações com grandes populações.
- **Especialização:** Permite que representantes dedicados estudem e entendam assuntos complexos.
- **Estabilidade:** Oferece um mecanismo para moderação e ponderação nas decisões políticas, contribuindo para a estabilidade.

DESAFIOS

- **Desconexão:** Risco de distância entre vontades dos eleitores e ações dos representantes.
- **Influência desproporcional:** Grupos de interesse podem distorcer a representatividade.
- **Partidarismo:** Polarização política pode levar a decisões baseadas em lealdades partidárias.
- **Aprimoramentos e interações:** Uso de elementos de democracia direta apresenta complexidades adicionais.
- **Representatividade real:** Necessidade de refletir a diversidade e os interesses da população em questões como gênero, etnia e classe.

CONCLUSÃO

A democracia representativa busca equilibrar participação popular com eficiência e estabilidade na tomada de decisões. O sucesso de sua implementação depende de fatores como cultura política e robustez das instituições democráticas.

5.6 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A democracia participativa é um sistema que prioriza o envolvimento direto dos cidadãos no processo de tomada de decisão do governo. Ela contrasta com a democracia representativa, na qual os cidadãos elegem representantes para tomar decisões em seu nome. Na democracia participativa, os cidadãos têm mais oportunidades para influenciar políticas, planos e orçamentos em diversos níveis de governo, desde o local até o nacional. Este modelo busca superar as limitações da democracia representativa ao permitir um engajamento mais direto e significativo do eleitorado nos assuntos públicos.

A democracia participativa pode se manifestar de diversas formas, incluindo, mas não se limitando a, conselhos populares, assembleias de cidadãos, fóruns de discussão pública e até ferramentas digitais que facilitam a participação cidadã. Essa abordagem visa tornar o processo político mais inclusivo e transparente, ao mesmo tempo em que busca melhorar a qualidade e a eficácia das decisões tomadas.

No entanto, a implementação bem-sucedida da democracia participativa não é isenta de desafios. Pode ser difícil mobilizar um amplo espectro da população para participar ativamente, especialmente em questões que podem ser técnicas ou complexas. Além disso, os métodos de participação devem ser projetados de forma a evitar a dominação por grupos de interesse ou indivíduos mais vocalmente ativos, o que poderia distorcer o resultado pretendido de um processo verdadeiramente democrático.

Ainda assim, muitos veem a democracia participativa como um complemento valioso ou mesmo uma alternativa à democracia representativa, fornecendo uma maneira de reforçar a legitimidade das decisões políticas e de reengajar cidadãos que podem se sentir alienados ou marginalizados em sistemas mais tradicionais. Em resumo, a democracia participativa oferece um conjunto de ferramentas e abordagens que têm o potencial de revitalizar o contrato social e a coesão comunitária, tornando a democracia mais responsiva, inclusiva e eficaz.

- **Mecanismos**

O conceito de democracia participativa abriga diversos mecanismos que possibilitam a inclusão ativa dos cidadãos no processo decisório. Um

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

desses é o Orçamento Participativo, que teve origem em Porto Alegre, Brasil, ao fim da década de 1980. Este método inovador permite que os cidadãos tenham um papel ativo na determinação de como uma parte do orçamento público municipal será alocada. Isso não apenas dá aos indivíduos uma voz direta na gestão dos recursos públicos, mas também proporciona uma educação política prática sobre os desafios do governo local.

Outro mecanismo significativo são os conselhos e fóruns de políticas públicas. Estes são espaços onde cidadãos e autoridades podem se reunir para discutir e decidir sobre temas específicos que afetam a comunidade. Os conselhos normalmente têm representantes tanto do governo quanto da sociedade civil, e oferecem uma plataforma para discussão aprofundada e deliberação coletiva. Por meio desse modelo de engajamento, as decisões são frequentemente mais informadas e levam em consideração uma gama mais ampla de perspectivas.

As Audiências Públicas também são um elemento comum na democracia participativa. Elas são reuniões nas quais órgãos públicos apresentam determinados temas, projetos ou decisões à comunidade e, em seguida, abrem o espaço para perguntas, comentários e críticas. Essas audiências oferecem aos cidadãos uma oportunidade de ouvir diretamente dos tomadores de decisão e, ao mesmo tempo, fornecer feedback imediato. Elas também têm o potencial de melhorar a transparência e a prestação de contas por parte dos órgãos públicos.

Juntos, esses mecanismos fortalecem a ideia de que a governança é mais eficaz e legítima quando os cidadãos estão ativamente envolvidos. Eles trazem diferentes níveis de complexidade e comprometimento, adequados para diversas formas e escalas de participação cidadã. No entanto, para serem bem-sucedidos, esses métodos exigem uma cidadania bem informada e engajada, bem como instituições públicas dispostas a abrir espaço para a participação popular.

- **Vantagens**

A democracia participativa apresenta diversas vantagens que ampliam e enriquecem o processo democrático. Uma delas é a legitimidade que as decisões tomadas por esse sistema tendem a ter. Quando os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente das decisões políticas, essas decisões são vistas como mais representativas dos desejos e necessidades da população. Isso aumenta a aceitação e a implementação eficaz das políticas.

Outra vantagem é a melhoria da qualidade das decisões. A inclusão de uma diversidade de perspectivas e a expertise local nos processos de tomada de decisão podem resultar em soluções mais bem pensadas e eficazes. Diferentes grupos da comunidade podem oferecer insights únicos sobre os desafios enfrentados, levando a soluções mais abrangentes e inovadoras.

Além disso, o envolvimento ativo dos cidadãos no processo político fortalece a cidadania. Ao terem a oportunidade de participar das decisões que afetam suas vidas e comunidades, os cidadãos se tornam mais informados e engajados. Isso os torna mais aptos a assumir responsabilidades e a serem proativos na busca por melhorias na sua comunidade e na sociedade como um todo.

A democracia participativa não só pode melhorar a qualidade e a eficácia das decisões políticas, mas também pode fortalecer a coesão social e o compromisso cívico.

- **Desafios**

A democracia participativa, embora rica em potencial, também enfrenta diversos desafios que podem comprometer sua eficácia e abrangência. Um desses desafios é a questão da escala. Em comunidades maiores, coordenar e implementar processos participativos eficazes pode ser complexo e oneroso, exigindo recursos e logística consideráveis.

Outro desafio é o risco de exclusão. Se não forem tomados os devidos cuidados para garantir uma representação diversa e inclusiva, os processos participativos podem acabar beneficiando grupos que já são mais articulados, enquanto vozes minoritárias são marginalizadas. Isso pode distorcer o resultado final e comprometer a legitimidade das decisões tomadas.

Em relação à eficiência, o processo de ampla deliberação necessário na democracia participativa pode tornar a tomada de decisões mais lenta. Isso pode ser particularmente problemático em situações que exigem respostas rápidas ou decisões imediatas.

É comum também que a democracia participativa coexista com a democracia representativa. Essa interconexão cria oportunidades, mas também complexidades. Os representantes eleitos têm o poder de criar e sancionar espaços e mecanismos participativos, e a forma como isso é feito pode ter grandes implicações para o sucesso da participação cidadã.

Com a ascensão das tecnologias de informação e comunicação, as possibilidades para a democracia participativa se expandiram. Plataformas online podem facilitar consultas, votações e discussões, tornando o processo mais acessível e envolvendo um maior número de pessoas. No entanto, isso também traz desafios, como a necessidade de garantir a segurança e a integridade dessas plataformas.

Por último, a eficácia da democracia participativa está intrinsecamente ligada à existência de uma cultura cívica e de uma população disposta a participar. A educação para a cidadania e a capacitação são fundamentais para garantir que a participação seja informada e construtiva, o que, por sua vez, melhora a qualidade das decisões e a legitimidade do processo.

Enquanto a democracia participativa oferece uma série de benefícios, como maior inclusão e legitimidade, ela também apresenta desafios significativos que requerem atenção e resolução cuidadosas.

- **Instrumentos da Democracia Participativa**

Os instrumentos da democracia participativa são ferramentas e mecanismos que permitem a participação direta dos cidadãos na tomada de decisões públicas. Eles buscam potencializar a voz dos cidadãos, permitindo que tenham um papel mais ativo no processo democrático. Vamos explorar alguns dos principais instrumentos:

Orçamento Participativo: Originário do Brasil, este mecanismo permite que os cidadãos participem diretamente da decisão sobre como uma parte do orçamento municipal será gasta. Em reuniões e assembleias, os cidadãos discutem e votam em projetos e prioridades.

Conselhos de Políticas Públicas: São espaços deliberativos compostos por cidadãos e, em alguns casos, por representantes do governo. Estes aconselham, propõem e monitoram políticas públicas em áreas específicas, como saúde, educação e assistência social.

Audiências Públicas: São reuniões abertas em que os órgãos públicos apresentam determinados temas ou projetos e recebem feedback diretamente da população. São comuns em processos de licenciamento ambiental ou discussões legislativas.

Referendos e Plebiscitos: São instrumentos de consulta popular sobre temas específicos. No plebiscito, a população é consultada antes da criação de uma lei ou medida, enquanto no referendo, a consulta ocorre após uma decisão legislativa.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

Iniciativa Popular: Permite que os cidadãos proponham legislação. Normalmente, é necessário recolher um número significativo de assinaturas para que uma proposta seja considerada pelo poder legislativo.

Plataformas Digitais de Participação: Com o advento da internet, surgiram diversas ferramentas online que facilitam a participação cidadã, como plataformas de consulta, fóruns de discussão, aplicativos de orçamento participativo, entre outros.

Assembleias Populares: São reuniões em que os cidadãos podem se expressar, discutir e decidir sobre temas de interesse local ou comunitário.

Fóruns Deliberativos: Espaços em que grupos de cidadãos são convidados a discutir e formular recomendações sobre questões complexas após receberem informações elaboradas sobre o tema.

Consultas Públicas: Processos pelos quais o governo busca obter opiniões da população sobre determinado tema, projeto de lei ou política pública. Elas podem ser realizadas de forma presencial ou online.

Jurados Cidadãos: Inspirados no sistema de júri de alguns sistemas judiciais, são grupos de cidadãos selecionados aleatoriamente para avaliar e deliberar sobre questões políticas específicas após um período de informação e debate.

Estes instrumentos têm em comum a intenção de tornar o processo democrático mais inclusivo e responsivo às necessidades e desejos dos cidadãos. No entanto, a eficácia de cada um pode variar de acordo com o contexto, a cultura política local e a forma como são implementadas.

Portanto, a democracia participativa oferece uma abordagem mais direta e envolvente para a tomada de decisões políticas e públicas. Ela permite que os cidadãos, além de serem participantes, possuam conhecimentos, habilidades e perspectivas inovadoras que possam enriquecer e legitimar as decisões tomadas. No entanto, a sua implementação eficaz requer cuidadosa atenção, design adequado dos processos e, frequentemente, uma mudança cultural em relação à forma como a política é tradicionalmente praticada.

Categoria	Descrição
Definição	Sistema que prioriza o envolvimento direto dos cidadãos na tomada de decisões do governo, contrastando com a democracia representativa.
Mecanismos	Orçamento Participativo, conselhos de políticas públicas, audiências públicas, etc.
Vantagens	Maior legitimidade nas decisões, melhoria da qualidade das decisões, fortalecimento da cidadania e coesão social.
Desafios	Complexidade em grande escala, risco de exclusão, lentidão no processo decisório, necessidade de cultura cívica.
Instrumentos	Referendos, plebiscitos, iniciativa popular, plataformas digitais, assembleias populares, fóruns deliberativos, consultas públicas, jurados cidadãos.

5.7 DEMOCRACIA DELIBERATIVA

A democracia deliberativa representa uma abordagem mais completa e sofisticada à teoria democrática, valorizando o debate público informado e a argumentação lógica como elementos fundamentais para a tomada de decisões em uma sociedade. Diferente de sistemas que focam unicamente em votações ou no agregado de eleições para legitimar

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

decisões políticas, esse modelo defende que a qualidade do processo de deliberação é um elemento vital para a legitimidade democrática.

Nesta forma de democracia, o ato de deliberar não está restrito a um grupo seleto de políticos ou especialistas. Pelo contrário, acredita-se que todos os cidadãos devem ter a oportunidade de participar ativamente da vida política, seja por meio de fóruns públicos, conselhos consultivos ou plataformas digitais dedicadas ao diálogo público.

A ênfase na qualidade da deliberação sugere que este processo deve ser inclusivo, transparente, igualitário e baseado em dados e argumentos sólidos. A ideia é que, ao promover um debate público robusto e bem informado, as decisões tomadas serão mais justas e representativas, englobando uma variedade maior de perspectivas e interesses.

Este modelo procura enfrentar algumas das limitações inerentes à democracia representativa tradicional. Em sistemas puramente representativos, a tomada de decisões muitas vezes é centralizada em um pequeno grupo de pessoas, o que pode resultar em políticas desconectadas das reais necessidades e desejos da população. Além disso, o processo eleitoral, por sua natureza, tende a simplificar questões complexas, reduzindo-as a opções binárias que podem não capturar toda a complexidade do problema em questão.

Contudo, a democracia deliberativa não está isenta de desafios. O processo deliberativo pode ser demorado e exige um alto grau de envolvimento da comunidade, o que pode ser difícil em sociedades grandes e heterogêneas. Há também o risco de que grupos dominantes possam controlar ou influenciar desproporcionalmente o processo deliberativo, comprometendo seus princípios de igualdade e inclusividade.

A democracia deliberativa oferece uma alternativa interessante e promissora à governança tradicional, colocando a qualidade do debate público e da argumentação racional como elementos chave para a tomada de decisões legítimas e representativas.

- **Conceitos**

Deliberação: Em vez de apenas manifestarem opiniões preexistentes, os cidadãos na democracia deliberativa se envolvem em um processo de debate e reflexão, buscando compreender perspectivas diferentes e formando ou reformulando suas opiniões com base na discussão.

Racionalidade Comunicativa: A ideia é que as decisões tomadas após um processo deliberativo sejam mais racionais e justificáveis, uma vez que sejam o resultado de argumentações e contra-argumentações.

Teoria da Ação Comunicativa: Proposta pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, a Teoria da Ação Comunicativa sugere que a linguagem não é apenas um meio de transmitir informações, mas também um instrumento de ação social. Habermas argumenta que uma verdadeira democracia requer uma esfera pública vibrante, onde os cidadãos possam se envolver em um diálogo livre e igualitário.

A ação comunicativa refere-se às interações sociais nas quais os participantes buscam atingir um entendimento mútuo através da argumentação e do diálogo, em contraste com a ação estratégica, onde os indivíduos buscam seus próprios interesses.

Legitimidade via procedimentos: Para os defensores da democracia deliberativa, a legitimidade de uma decisão não se baseia apenas no resultado (quem ganha), mas também na qualidade do processo deliberativo. Se o procedimento foi inclusivo, livre, igualitário e esclarecido, então as decisões resultantes são vistas como mais legítimas.

Esse foco no processo significa que mesmo as minorias, que não podem ter suas preferências refletidas no resultado final, podem aceitar a decisão de sentirem que foram ouvidas e que o processo foi justo.

- **Críticas**

Exclusão: Críticos argumentam que os processos deliberativos podem, na prática, excluir ou marginalizar vozes minoritárias, especialmente se determinados grupos não têm habilidades ou recursos para participar efetivamente do debate.

Idealização: Algumas críticas apontam que a democracia deliberativa pode ser muito idealizada, pressupondo um nível de racionalidade e altruísmo que pode não ser realista na prática política.

Eficiência: Há preocupações de que a deliberação possa ser um processo lento e ineficiente, especialmente em situações que desativem decisões rápidas.

Polarização: Em alguns contextos, a deliberação pode não levar a consensos ou entendimentos mútuos, mas pode, ao contrário, as divisões.

Desta forma, a democracia deliberativa propõe uma visão de democracia centrada no diálogo, na razão e na inclusão. Embora apresente em teoria, a implementação da prática da democracia deliberativa apresenta desafios significativos, que têm sido objeto de debates contínuos entre acadêmicos e praticantes da democracia.

Características da Democracia Deliberativa

Aspectos	Descrição
Deliberação	Debate público informado, reflexivo e argumentativo
Inclusividade	Todos os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente
Racionalidade Comunicativa	Decisões mais racionais e justificáveis após um processo deliberativo
Legitimidade	Fundamentada na qualidade do processo deliberativo, não apenas nos resultados da votação
Teoria da Ação Comunicativa	Desenvolvida por Jürgen Habermas, sustenta a importância da esfera pública para o diálogo livre

Vantagens em relação à Democracia Representativa

Aspectos	Descrição
Participação Cidadã	Maior envolvimento da comunidade em decisões políticas
Qualidade Decisória	Decisões mais bem informadas e representativas
Pluralidade de Perspectivas	Maior inclusão de diversas visões e interesses

Desafios e Críticas

Aspectos	Descrição
Exclusão	Risco de marginalização de vozes minoritárias
Idealização	Pressuposição de alto nível de racionalidade e altruísmo
Eficiência	Processo deliberativo pode ser lento e ineficiente

Aspectos	Descrição
Polarização	Risco de acentuar divisões em vez de criar consenso

5.8 A MORTE DAS DEMOCRACIAS

O declínio das democracias não se dá normalmente por meio de revoluções abruptas ou golpes militares, mas sim através da erosão gradual das normas e instituições democráticas fundamentais. A discussão sobre como as democracias morrem tornou-se mais proeminente à luz das tendências recentes de retrocesso democrático em diversas partes do mundo. A seguir, algumas perspectivas sobre como as democracias podem declinar:

- **Líderes Autoritários Eleitos:** Uma das ironias do declínio democrático é que ele muitas vezes começa nas urnas. Líderes populistas e carismáticos são eleitos com mandatos democráticos e, em seguida, usam sua posição para concentrar poder e minar o sistema.
- **Corrosão das Normas Democráticas:** Normas não escritas de conduta e decoro político são fundamentais para o funcionamento de qualquer democracia. Quando essas normas começam a ser violadas regularmente, pode-se criar um ciclo de animosidade e retaliação que debilita as instituições democráticas.
- **Controle dos Meios de Comunicação:** A tomada ou cooptação de meios de comunicação permite que líderes autoritários moldem a narrativa pública, marginalizem a oposição e promovam sua própria agenda.
- **Judicialização da Política:** Ao usar o sistema judiciário para perseguir oponentes políticos sob o disfarce de combate à corrupção ou outros pretextos legais, líderes autoritários podem efetivamente eliminar a oposição sem suspender abertamente os direitos democráticos.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

- Mudanças nas Regras Eleitorais: Ajustar as regras eleitorais ou manipular os processos de votação pode garantir que os líderes autoritários mantenham o poder, mesmo diante de uma oposição popular significativa.
- Populismo: Líderes populistas frequentemente retratam-se como a voz do "povo verdadeiro", deslegitimando a oposição e muitas vezes as próprias instituições democráticas como sendo "elitistas" ou "corruptas".
- Falha das Elites Políticas: A incapacidade das elites políticas em se unirem contra ameaças autoritárias pode acelerar o declínio democrático. O compromisso das elites com a democracia e a sua disposição de formar coalizões amplas em sua defesa são essenciais.
- Descontentamento Público: A erosão da confiança nas instituições democráticas, muitas vezes alimentada por crises econômicas, corrupção ou ineficiência percebida, pode levar o público a apoiar alternativas autoritárias.

A defesa das democracias exige vigilância constante, uma cidadania informada e ativa, e líderes comprometidos com valores democráticos. A história mostra que as democracias podem ser resilientes, mas também vulneráveis, especialmente quando as ameaças vêm de dentro.

Corrosão 'por dentro'

- Erosão Gradual: Ao contrário dos golpes de Estado dramáticos que marcaram o século XX, o declínio democrático contemporâneo muitas vezes se manifesta de forma mais sutil. Os líderes eleitos usam seu mandato e a máquina estatal para corroer as instituições democráticas de dentro para fora.
- Subversão das Instituições: Líderes autoritários muitas vezes buscam corroer as instituições democráticas por dentro, cooptando o judiciário, controlando a mídia, perseguindo opositores sob pretextos legais e alterando regras eleitorais para consolidar seu poder.
- Normalização do Inaceitável: Ao longo do tempo, comportamentos e ações que anteriormente eram visíveis como inaceitáveis tornam-se normalizados, com instituições e opositores frequentemente sendo pegos desprevenidos ou sendo lentos em sua resposta.

Democracias Iliberais

- **Distinção:** Uma democracia iliberal é uma onde, embora existam eleições e certas liberdades civis, há uma erosão significativa das normas e instituições democráticas. Enquanto “democrático” se refere a onde e como as decisões são tomadas (pelo povo, através de eleições), “liberal” refere-se às limitações do poder (como os direitos das minorias e a separação dos poderes).
- **Centralização do Poder:** Em democracias iliberais, os líderes tendem a concentrar o poder, muitas vezes à custa dos poderes judiciais e legislativos.
- **Ataque às Liberdades Civis:** Ainda que mantenham eleições, líderes de democracias iliberais frequentemente restringem liberdades de expressão, reunião e imprensa. Opositores políticos e jornalistas podem ser intimidados, presos ou piores.
- **Populismo:** Muitas democracias iliberais são lideradas por populistas que representam "o verdadeiro povo" e argumentam que as instituições democráticas e os partidos de oposição estão em desacordo com a vontade popular.

Mecanismos de Declínio

1. **Líderes Autoritários Eleitos:** Eleitos democraticamente, usam o poder para minar o sistema democrático.
2. **Corrosão das Normas Democráticas:** Violação regular de normas não escritas, debilitando a democracia.
3. **Controle dos Meios de Comunicação:** Marginalização da oposição e promoção da própria agenda.
4. **Judicialização da Política:** Uso do sistema judicial para eliminar a oposição sob pretextos legais.
5. **Mudanças nas Regras Eleitorais:** Manipulação do sistema eleitoral para manter o poder.
6. **Populismo:** Deslegitimação da oposição e das instituições democráticas.
7. **Falha das Elites Políticas:** Falta de unidade para combater ameaças autoritárias.
8. **Descontentamento Público:** Apoio a alternativas autoritárias devido à erosão da confiança nas instituições.

Características do Declínio

1. **Erosão Gradual:** Declínio sutil das instituições, muitas vezes por líderes eleitos.
2. **Subversão das Instituições:** Cooptação de instituições democráticas para consolidar o poder.
3. **Normalização do Inaceitável:** Comportamentos antes vistos como inaceitáveis tornam-se comuns.

Democracias Iliberais

1. **Distinção:** Democracia existente, mas erosão das normas e instituições democráticas.
2. **Centralização do Poder:** Concentração de poder às custas dos outros poderes estatais.
3. **Ataque às Liberdades Cívicas:** Restrições às liberdades de expressão, reunião e imprensa.
4. **Populismo:** Representação do "verdadeiro povo", deslegitimando oposição e instituições.

Defesas Contra o Declínio

1. **Vigilância Constante:** Monitoramento ativo dos sinais de erosão democrática.
2. **Cidadania Ativa e Informada:** Participação pública bem-informada.
3. **Valores Democráticos:** Compromisso dos líderes e da população com os princípios democráticos.

5.9 COMO AS DEMOCRACIAS MORREM – O LIVRO

O livro "Como as Democracias Morrem", escrito pelos professores de Ciência Política Steven Levitsky e Daniel Ziblatt da Universidade de Harvard, mergulha fundo na análise dos mecanismos subjacentes que levam ao declínio das democracias. Publicado em 2018, a obra rapidamente capturou a atenção global, tornando-se um best-seller e uma referência chave nas discussões sobre a estabilidade democrática no século XXI. Com a ascensão de movimentos populistas e autoritários em várias partes do mundo, o livro serve como um guia tanto para o diagnóstico quanto para a prevenção de crises democráticas.

Levitsky e Ziblatt abordam o paradoxo de como líderes eleitos democraticamente podem minar o próprio sistema que os trouxe ao poder. Eles alertam sobre o perigo da erosão gradual das normas democráticas, um processo muitas vezes imperceptível até que cause danos irreparáveis. Além disso, destacam o papel crucial dos meios de comunicação e do sistema jurídico, que podem ser cooptados para servir a agendas autoritárias.

Uma das contribuições mais significativas do livro é o desenvolvimento de uma "prova de fogo" para identificar líderes autoritários em potencial. Este conjunto de critérios permite uma avaliação sistemática da propensão de um político à autocracia, com base em seu comportamento e retórica. A aplicação desse teste em cenários políticos atuais oferece uma ferramenta valiosa para a vigilância democrática.

O impacto de "Como as Democracias Morrem" ultrapassa as fronteiras acadêmicas, gerando debates intensos na esfera pública e política. Embora tenha seus críticos, que consideram suas conclusões potencialmente alarmistas, a obra é majoritariamente vista como um recurso crucial para a compreensão dos desafios contemporâneos às democracias.

Em um mundo cada vez mais polarizado, a obra ressoa como um apelo à vigilância cívica e à responsabilidade compartilhada de proteger as instituições democráticas. Levitsky e Ziblatt argumentam que a sobrevivência de uma democracia não é apenas função de suas instituições, mas também da vontade dos cidadãos e dos líderes políticos de defender valores democráticos. A obra não se contenta em ser um diagnóstico pessimista; ela também oferece caminhos para a defesa ativa das democracias, tornando-se assim um manual para ação em tempos incertos.

1. Contexto:

O livro foi escrito no contexto do crescimento do populismo de direita nos Estados Unidos e em muitas partes do mundo. Os autores estavam preocupados com a ascensão de líderes que, embora eleitos democraticamente, mostraram tendências autoritárias.

2. Teses centrais:

Levitsky e Ziblatt argumentam que, ao contrário da visão popular de que as democracias morrem por meio de golpes militares ou revoluções

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

violentas, nas democracias contemporâneas, elas estão mais frequentemente sendo corroídas de dentro. Isso acontece quando os líderes eleitos usam a própria legitimidade que a democracia lhes confere para enfraquecê-la, normalmente dentro dos limites da legalidade.

3. Guardiões das Instituições Democráticas:

Uma ideia central do livro é que as democracias dependem de "guardiões", não apenas regras escritas (como Constituições), mas também normas e convenções não escritas que guiam o comportamento dos atores políticos. Os autores identificam duas normas centrais que protegem as democracias: a tolerância mútua (reconhecer os oponentes políticos como legítimos) e a contenção (autocontrole no exercício do poder).

4. Indicadores de Autocratas em Potencial:

Os autores apresentam critérios que podem ser usados para identificar líderes com tendências autocráticas, como a exclusão, em palavras ou atos, das regras democráticas, a negação da legitimidade dos oponentes, a tolerância ou incentivo à violência, e uma disposição para restringir as liberdades civis de opositores.

5. Consequências da Polarização:

A obra também discute como a polarização política extrema pode corroer as normas democráticas. Quando os partidos veem como inimigos existenciais, a tentativa de abandonar a contenção e a tolerância mútua pode ser avassaladora.

6. Estudos de Caso:

Os autores examinam uma série de democracias, tanto passadas quanto presentes, para entender como e por que elas falharam. Esses estudos de caso servem como advertências e ilustram os argumentos do livro.

7. Implicações e Reflexões:

"Como as Democracias Morrem" é uma chamada à vigilância. Levitsky e Ziblatt enfatizam a necessidade de renovar o compromisso democrático e reconstruir normas democráticas. Eles também discutem a importância de se ter instituições robustas e uma sociedade civil ativa para resistir às tendências autoritárias.

1. Autores e Contexto	<ul style="list-style-type: none">• Escrito por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, professores de Ciência Política na Universidade de Harvard.• Publicado em 2018, em meio à ascensão de movimentos populistas e autoritários globalmente.
2. Popularidade e Alcance	<ul style="list-style-type: none">• Tornou-se um best-seller e um ponto de referência nos debates sobre a estabilidade democrática no século XXI.
3. Teses Centrais	<ul style="list-style-type: none">• Democracias podem ser minadas de dentro, geralmente por líderes eleitos.• Erosão gradual de normas democráticas é um risco significativo.
4. Guardiões das Instituições	<ul style="list-style-type: none">• Enfatiza o papel dos meios de comunicação e do sistema jurídico.• Duas normas cruciais: tolerância mútua e contenção.
5. Teste de Litmus	<ul style="list-style-type: none">• Conjunto de critérios para identificar líderes autoritários em potencial com base em comportamento e retórica.
6. Impacto Além do Acadêmico	<ul style="list-style-type: none">• Influi na esfera pública e política, apesar de algumas críticas sobre ser possivelmente alarmista.
7. Relevância em um Mundo Polarizado	<ul style="list-style-type: none">• Ressoa como um apelo à vigilância cívica e à responsabilidade compartilhada na proteção das instituições democráticas.
8. Implicações e Caminhos a Seguir	<ul style="list-style-type: none">• Além do diagnóstico, o livro oferece orientações para a defesa ativa das democracias.

6. QUESTÕES

1 – (Ano: 2023 Banca: FUMARC) À parte as controvérsias sobre o conceito de democracia, pode-se entendê-las, genericamente, a partir de sua reinvenção na modernidade, como forma de governo caracterizada pela representação política, pela ideia de igualdade entre os cidadãos e pela separação de poderes (MENDONÇA; CUNHA, 2018).

Analise as afirmativas, considerando-as (V) verdadeiras ou (F) falsas:

() A democracia representativa pressupõe que os mandatos tenham duração determinada e sejam conquistados em eleições periódicas e competitivas, o que cria uma dinâmica nas relações entre políticos profissionais e eleitores.

() Na democracia majoritária, as regras de proporcionalidade da representação política se baseiam na igualdade do voto de cada indivíduo, membro da coletividade legalmente constituída como corpo total dos eleitores.

() Na dinâmica da democracia representativa, o poder se estrutura a partir do sistema de freios e contrapesos (checks and balances), mecanismos de equilíbrio entre os poderes, de modo a se evitar a concentração do poder político em uma só instância do Estado.

() Na democracia representativa, os eleitos para os cargos políticos recebem um mandato delegado para governar, o que lhes possibilita atuar em consonância com suas convicções e com autonomia frente àqueles que os elegeram.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

A - V, V, F, F.

B - V, V, F, V.

C - V, V, V, F.

D - V, V, V, V.

2 – (Ano: 2022 Banca: IADES) No livro “Como as democracias morrem” (2018), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt identificam tanto os sinais da ascensão de lideranças autoritárias quanto as possibilidades

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

de contê-las. Considerando essas informações, assinale a alternativa correta

A - Os partidos e as lideranças políticas são os guardiões da democracia e os principais responsáveis por conter o autoritarismo.

B - As democracias morrem quando surgem lideranças autoritárias que se apresentam como outsiders e negociam com o establishment e a sociedade a transição política para um regime autoritário.

C - Um único sinal do autoritarismo, como a rejeição das regras democráticas do jogo, é insuficiente para colocar em risco o regime democrático.

D - A aliança temporária entre um governo democrático impopular e uma liderança autoritária em ascensão é uma das principais formas de salvar a popularidade do primeiro e, ao mesmo tempo, anular as posições políticas extremas da segunda.

E - A formação de uma frente única para derrotar lideranças, movimentos e partidos autoritários em eleições é a forma mais eficiente de preservar a democracia.

3 – (Ano: 2022 Banca: IADES) A democracia está atravessando uma das piores crises desde o final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo, por causa da estagnação do número de países democráticos e do aumento do número de países autoritários. Já se discute se a terceira onda da democracia teria chegado ao fim ou, pior, se ela estaria em processo de reversão. No que tange a essa onda, identificada por Samuel Huntington, assinale a alternativa correta.

A - Desde a década de 1970, os movimentos sociais de defesa dos direitos humanos e da promoção da sustentabilidade ambiental têm sido os principais responsáveis pela condução da transição democrática.

B - Se, por um lado, o crescimento econômico global contribuiu para a terceira onda da democracia, por outro, uma reversão desse crescimento poderia criar condições para o retorno de lideranças autoritárias ao poder.

C - A democratização dos países do leste europeu causaria um efeito bola de neve irreversível, porque representaria o triunfo absoluto de um regime político e econômico sobre quaisquer outras alternativas, em particular sobre o socialismo.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

D - Nas transições democráticas que ocorreram por meio de golpes militares, as forças armadas deixaram de ser uma ameaça à democracia e se submeteram ao controle civil.

E - O populismo é caracterizado como uma democracia iliberal e representa um dos principais riscos à consolidação da terceira onda, tendo em vista que ele está entrincheirado em países onde os cidadãos dificilmente identificam o comportamento autoritário em lideranças carismáticas.

4 - (Ano: 2022 Banca: IADES) Na teoria política contemporânea, mais em prevalência nos países de tradição democrático-liberal, as definições de democracia tendem a resolver-se e a esgotar-se em um elenco mais ou menos amplo, segundo os autores, de regras de jogo, ou, como também se diz, de "procedimentos universais."

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 326-327, com adaptações.

Quanto ao significado formal de democracia, assinale a alternativa correta.

A - Todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, de religião e de censo, que tenham sido alfabetizados e comprovem renda devem ser eleitores.

B - O órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou segundo grau.

C - Todos os eleitores devem ser livres para votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, desde que haja o controle do Estado sobre a mídia.

D - Nem todos os eleitores devem ter voto igual, uma vez que a escolaridade pesa sobre a melhor escolha dos representantes do Legislativo.

E - A decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de se tornar maioria, em paridade de condições.

5 - (Ano: 2019 Banca: VUNESP) "Democracia" é, como se sabe, uma palavra grega. A segunda metade da palavra significa "poder" ou

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

“governo” [...]. Démos era uma palavra de múltiplas significações, entre as quais “o conjunto do povo” (ou, para ser mais preciso, o corpo de cidadãos.)

(Moses I. Finley. Democracia antiga e democracia moderna, 1976)

Considerando o excerto e conhecimentos sobre a história dos sistemas políticos, é correto afirmar que a democracia foi:

- A - baseada na igualdade econômica dos indivíduos.
- B - derivada das relações internacionais pacíficas entre Estados.
- C - concedida às populações empobrecidas pelas elites militares.
- D - adotada diversamente ao longo das experiências sociais.
- E - garantida pela permanência da tradição cultural clássica.

6 – (Ano:2019 Banca: VUNESP) Segundo Norberto Bobbio, entre os ideais que definem a democracia e a “matéria bruta”, ou seja, entre a teoria e a prática, entre o que foi prometido e o que foi realizado, há uma longa distância. Para ele, o aprofundamento da democracia no Brasil deve orientar-se pela superação dos descompassos entre os ideais e a realidade. Bobbio nos dá algumas pistas para essa tarefa ao identificar certos objetivos que, na prática, as democracias não foram capazes de alcançar. Destacam-se, dentre elas, a importância de se estender a democracia política para a democracia social; a necessidade de combater o que denomina poder invisível, ou seja, de se realizar o princípio da publicidade, e, por fim, de se promover a educação para a cidadania.

(Denise Vitale. Revista Cult. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/cidadania-e-democracia-no-brasil/>. Adaptado)

Segundo o texto, cabe afirmar que a democracia brasileira

- A - promove a democracia social entre os cidadãos ao garantir o sufrágio universal.
- B - enfrenta problemas estruturais históricos para efetivar os ideais democráticos.
- C - torna públicos os interesses econômicos subjacentes às políticas de governo.
- D - supera a divisão entre princípios democráticos e sua efetiva implementação.

E - implementa o princípio da publicidade ao garantir a propaganda eleitoral gratuita.

7 – (Ano: 2020 Banca: CEFETMINAS) A democracia é um sistema de governo caracterizado

A - pela ampla participação da população.

B - pela adoção de uma religião como a oficial do Estado.

C - pelo comando do governante das notícias da imprensa.

D - pela prisão dos grupos ou dos partidos opositores ao governo.

8 – (Ano: 2002 Banca: CEBRASPE) Democracia é governo do povo, pelo povo e para o povo.

Abraham Lincoln. Discurso de Gettysburg, 1861.

Julgue os itens abaixo, relativos à teoria da democracia, levando em conta a frase histórica de Lincoln, apresentada acima.

A - A consolidação democrática em países com desigualdades abissais é altamente provável.

B - Em teoria da democracia, minorias são aqueles grupos que têm convicções corretas, enquanto os membros da maioria sustentam suas crenças incorretas a respeito da vontade geral.

C - Com respeito ao dilema coerção ou consentimento, a teoria marxista argumenta que é a construção do consentimento que ajuda alcançar a dominação hegemônica, base da dominação capitalista.

D - A expressão “governo do povo” possibilita duas interpretações: uma com significado de povo autogovernado, uma espécie de democracia direta; e outra, na qual o povo é o objeto do governo, um governo sobre o povo, que nada tem em comum com a democracia.

E - A expressão “governo para o povo” significa governo para o interesse e benefício do povo.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

7. GABARITO E COMENTÁRIOS

GABARITO

- 1 – C
- 2 – A
- 3 – B
- 4 – B
- 5 – D
- 6 – B
- 7 – A
- 8- D

1 – (Ano: 2023 Banca: FUMARC) À parte as controvérsias sobre o conceito de democracia, pode-se entendê-las, genericamente, a partir de sua reinvenção na modernidade, como forma de governo caracterizada pela representação política, pela ideia de igualdade entre os cidadãos e pela separação de poderes (MENDONÇA; CUNHA, 2018).

Analise as afirmativas, considerando-as (V) verdadeiras ou (F) falsas:

() A democracia representativa pressupõe que os mandatos tenham duração determinada e sejam conquistados em eleições periódicas e competitivas, o que cria uma dinâmica nas relações entre políticos profissionais e eleitores.

- A democracia representativa se baseia em eleições regulares onde os candidatos escolhem seus representantes para mandatos de duração específicos.

() Na democracia majoritária, as regras de proporcionalidade da representação política se baseiam na igualdade do voto de cada indivíduo, membro da coletividade legalmente constituída como corpo total dos eleitores.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

- Em sistemas democráticos, cada voto tem a mesma importância e valor. A ideia central é a igualdade de voto. Porém, é importante notar que o termo “democracia majoritária” não se refere especificamente a sistemas de representação proporcional, mas a ideia geral é que em qualquer democracia o voto de cada pessoa tem igual peso.

() Na dinâmica da democracia representativa, o poder se estrutura a partir do sistema de freios e contrapesos (checks and balances), mecanismos de equilíbrio entre os poderes, de modo a se evitar a concentração do poder político em uma só instância do Estado.

- O sistema de freios e contrapesos é fundamental para manter o equilíbrio entre os poderes em uma democracia representativa, garantindo que nenhum poder domine os outros.

() Na democracia representativa, os eleitos para os cargos políticos recebem um mandato delegado para governar, o que lhes possibilita atuar em consonância com suas convicções e com autonomia frente àqueles que os elegeram.

- Embora os representantes eleitos tenham uma autoridade para tomar decisões em nome de seus candidatos, a ideia de democracia representativa não sugere uma “carta branca” para que atuem completamente baseada em suas próprias convicções, ignorando as vontades e interesses de seus participantes.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

A - V, V, F, F.

B - V, V, F, V.

C - V, V, V, F.

D - V, V, V, V.

2 – (Ano: 2022 Banca: IADES) No livro “Como as democracias morrem” (2018), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt identificam tanto os sinais da ascensão de lideranças autoritárias quanto as possibilidades

de contê-las. Considerando essas informações, assinale a alternativa correta

A - Os partidos e as lideranças políticas são os guardiões da democracia e os principais responsáveis por conter o autoritarismo.

- Levitsky e Ziblatt argumentam que os guardiões tradicionais da democracia são os partidos e as lideranças políticas. Eles têm a responsabilidade de evitar a ascensão de líderes autoritários, agidos como "porteiros" para evitar que candidatos extremistas alcancem o poder.

B - As democracias morrem quando surgem lideranças autoritárias que se apresentam como outsiders e negociam com o establishment e a sociedade a transição política para um regime autoritário.

- Embora lideranças autoritárias possam surgir como outsiders e negociar com o establishment, o livro não afirma que todas as democracias morrem dessa maneira.

C - Um único sinal do autoritarismo, como a rejeição das regras democráticas do jogo, é insuficiente para colocar em risco o regime democrático.

- O livro sugere que sinais do autoritarismo, mesmo que pareçam pequenos ou isolados, são graves e podem, de fato, colocar a democracia em risco.

D - A aliança temporária entre um governo democrático impopular e uma liderança autoritária em ascensão é uma das principais formas de salvar a popularidade do primeiro e, ao mesmo tempo, anular as posições políticas extremas da segunda.

- Levitsky e Ziblatt não argumentam que alianças temporárias entre democracias impopulares e líderes autoritários são benéficas. Pelo contrário, tais alianças podem comprometer a democracia.

E - A formação de uma frente única para derrotar lideranças, movimentos e partidos autoritários em eleições é a forma mais eficiente de preservar a democracia.

- Embora a união de forças democráticas contra ameaças autoritárias possa ser uma estratégia eficaz em alguns casos, o livro não sugere que seja a única ou a forma mais eficiente de proteger a democracia.

3 - (Ano: 2022 Banca: IADES) A democracia está atravessando uma das piores crises desde o final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo, por causa da estagnação do número de países democráticos e do aumento do número de países autoritários. Já se discute se a terceira onda da democracia teria chegado ao fim ou, pior, se ela estaria em processo de reversão. No que tange a essa onda, identificada por Samuel Huntington, assinale a alternativa correta.

A - Desde a década de 1970, os movimentos sociais de defesa dos direitos humanos e da promoção da sustentabilidade ambiental têm sido os principais responsáveis pela condução da transição democrática.

- Embora os movimentos sociais desempenhassem um papel importante em muitas transições democráticas, alegar que eles eram os "principais responsáveis" pode ser uma simplificação excessiva. Além disso, a promoção da sustentabilidade ambiental, especificamente, não foi uma das principais forças impulsionadoras das transições democráticas na década de 1970.

B - Se, por um lado, o crescimento econômico global contribuiu para a terceira onda da democracia, por outro, uma reversão desse crescimento poderia criar condições para o retorno de lideranças autoritárias ao poder.

C - A democratização dos países do leste europeu causaria um efeito bola de neve irreversível, porque representaria o triunfo absoluto de um regime político e econômico sobre quaisquer outras alternativas, em particular sobre o socialismo.

- A democratização dos países do Leste Europeu foi, de fato, um marco da terceira onda da democracia. No entanto, sugerir que

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

isso representaria um "triunfo absoluto" é uma superestimação. Desde então, muitos desses países enfrentaram desafios significativos em suas democracias, e outros sistemas políticos e econômicos continuaram a existir globalmente.

D - Nas transições democráticas que ocorreram por meio de golpes militares, as forças armadas deixaram de ser uma ameaça à democracia e se submeteram ao controle civil.

- As transições democráticas nem sempre ocorreram "por meio de golpes militares". Em muitos casos, eles sofreram apesar dos golpes ou como uma ocorrência a eles. Além disso, a relação entre as forças armadas e a democracia é complexa. Mesmo em países que passaram por transições democráticas, as forças armadas nem sempre se submeteram totalmente ao controle civil, e em alguns casos, apoiaram a representação de uma ameaça à democracia.

E - O populismo é caracterizado como uma democracia iliberal e representa um dos principais riscos à consolidação da terceira onda, tendo em vista que ele está entrincheirado em países onde os cidadãos dificilmente identificam o comportamento autoritário em lideranças carismáticas.

- O populismo pode ameaçar as normas democráticas e, em alguns casos, levar à democracia iliberal. No entanto, descrever o populismo como sinônimo de "democracia iliberal" é uma simplificação. Existem formas de populismo que coexistem com instituições democráticas robustas. Além disso, nem sempre é que os cidadãos "dificilmente se identifiquem" com o comportamento autoritário; em muitos casos, eles podem reconhecê-lo, mas ainda assim o apoiam por várias razões.

4 - (Ano: 2022 Banca: IADES) Na teoria política contemporânea, mais em prevalência nos países de tradição democrático-liberal, as definições de democracia tendem a resolver-se e a esgotar-se em um elenco mais ou menos amplo, segundo os autores, de regras de jogo, ou, como também se diz, de "procedimentos universais."

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 326-327, com adaptações.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br

Quanto ao significado formal de democracia, assinale a alternativa correta.

A - Todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, de religião e de censo, que tenham sido alfabetizados e comprovem renda devem ser eleitores.

- Esta opção inclui critérios de alfabetização e comprovação de renda, que não são consistentes com a noção de sufrágio universal.

B - O órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou segundo grau.

C - Todos os eleitores devem ser livres para votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, desde que haja o controle do Estado sobre a mídia.

- A ideia de democracia é que os participantes formem suas opiniões livremente. O controle estatal sobre a mídia pode limitar essa liberdade.

D - Nem todos os eleitores devem ter voto igual, uma vez que a escolaridade pesa sobre a melhor escolha dos representantes do Legislativo.

- O princípio da democracia é que cada voto tenha peso igual, independentemente da educação ou de qualquer outro sorteio.

E - A decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de se tornar maioria, em paridade de condições.

- A democracia protege os direitos das minorias. O direito da minoria de eventualmente se tornar uma maioria é fundamental para a democracia.

5 – (Ano: 2019 Banca: VUNESP) “Democracia” é, como se sabe, uma palavra grega. A segunda metade da palavra significa “poder” ou “governo” [...]. Démos era uma palavra de múltiplas significações, entre as quais “o conjunto do povo” (ou, para ser mais preciso, o corpo de cidadãos.)

(Moses I. Finley. Democracia antiga e democracia moderna, 1976)

Considerando o excerto e conhecimentos sobre a história dos sistemas políticos, é correto afirmar que a democracia foi:

A - baseada na igualdade econômica dos indivíduos.

- Na antiga Atenas, onde uma ideia de democracia foi desenvolvida pioneiramente, a democracia não se baseava na igualdade econômica dos indivíduos. Muitos cidadãos eram pobres, enquanto outros eram muito ricos.

B - derivada das relações internacionais pacíficas entre Estados.

- A democracia não foi derivada das relações internacionais de importação entre os Estados. Atenas, por exemplo, envolveu-se em diversas guerras durante seu período democrático.

C - concedida às populações empobrecidas pelas elites militares.

- A democracia na Grécia Antiga não foi "concedida" às populações empobrecidas pelas elites militares. Em vez disso, foi o resultado de uma série de reformas políticas e sociais que visavam ampliar a participação dos cidadãos na tomada de decisões.

D - adotada diversamente ao longo das experiências sociais.

- A democracia foi adotada de maneiras diferentes ao longo das experiências sociais. A democracia ateniense era diferente da democracia romana, que por sua vez diferia da democracia moderna em seus princípios e práticas. A ideia básica de que os cidadãos devem ter uma voz no governo foi mantida, mas a maneira como isso é realizada de forma consideravelmente variada.

E - garantida pela permanência da tradição cultural clássica.

- A democracia não é garantida pela permanência da tradição cultural clássica. Ao longo da história, muitas sociedades que não estavam diretamente ligadas à tradição moderna e sistemas democráticos.

6 – (Ano:2019 Banca: VUNESP) Segundo Norberto Bobbio, entre os ideais que definem a democracia e a “matéria bruta”, ou seja, entre a teoria e a prática, entre o que foi prometido e o que foi realizado, há uma longa distância. Para ele, o aprofundamento da democracia no Brasil deve orientar-se pela superação dos descompassos entre os ideais e a realidade. Bobbio nos dá algumas pistas para essa tarefa ao identificar certos objetivos que, na prática, as democracias não foram capazes de alcançar. Destacam-se, dentre elas, a importância de se estender a democracia política para a democracia social; a necessidade de combater o que denomina poder invisível, ou seja, de se realizar o princípio da publicidade, e, por fim, de se promover a educação para a cidadania.

(Denise Vitale. Revista Cult. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/cidadania-e-democracia-no-brasil/>. Adaptado)

Segundo o texto, cabe afirmar que a democracia brasileira

A - promove a democracia social entre os cidadãos ao garantir o sufrágio universal.

- O sufrágio universal é um meio para garantir que todos os cidadãos tenham o direito de votar, mas a garantia desse direito não promove necessariamente a democracia social.

B - enfrenta problemas estruturais históricos para efetivar os ideais democráticos.

- O texto sugere que existe uma diferença entre os ideais democráticos e a prática atual no Brasil. Portanto, a democracia brasileira ainda enfrenta problemas ao tentar realizar esses ideais, o que pode ser atribuído a problemas estruturais históricos.

C - torna públicos os interesses econômicos subjacentes às políticas de governo.

- O texto não sugere que a democracia brasileira atualmente torna públicos os interesses específicos subjacentes às políticas de governo. Na verdade, ao mencionar o "poder invisível", sugere-se que ainda há interesses e poderes que permanecem ocultos.

D - supera a divisão entre princípios democráticos e sua efetiva implementação.

- O texto explicitamente destaca a distância entre os princípios democráticos e sua implementação eficaz.

E - implementa o princípio da publicidade ao garantir a propaganda eleitoral gratuita.

- A garantia de propaganda eleitoral gratuita é um meio de promover o princípio da publicidade, mas não significa, por si só, a total realização deste princípio. A promoção da publicidade, no contexto indicado por Bobbio, refere-se a tornar público todos os aspectos do poder e da governança, não apenas fornece um meio para a propaganda eleitoral.

7 – (Ano: 2020 Banca: CEFETMINAS) A democracia é um sistema de governo caracterizado

A - pela ampla participação da população.

- uma das características fundamentais da democracia é a participação ativa dos cidadãos nos processos de tomada de decisão do Estado. Esta participação é geralmente efetivada por meio de eleições livres e justas, onde os cidadãos têm o direito de escolher seus representantes e/ou votar em questões políticas importantes.

B - pela adoção de uma religião como a oficial do Estado.

- Uma democracia pode ou não ter uma religião oficial do Estado. No entanto, uma característica comum nas democracias modernas é a separação entre igreja e estado, garantindo a liberdade religiosa e evitando a imposição de crenças religiosas.

C - pelo comando do governante das notícias da imprensa.

- Em uma verdadeira democracia, a imprensa é livre e não é controlada ou censurada pelo governante ou pelo governo. A liberdade de imprensa é fundamental para garantir que os cidadãos sejam informados e possam fazer escolhas políticas informadas.

D - pela prisão dos grupos ou dos partidos opositores ao governo.

- A prisão de grupos ou partidos de oposição é uma violação dos direitos humanos e das liberdades democráticas fundamentais. Em uma democracia, a oposição tem um papel vital no equilíbrio de poder e na garantia de que diferentes vozes e perspectivas sejam ouvidas.

8 - (Ano: 2002 Banca: CEBRASPE) Democracia é governo do povo, pelo povo e para o povo.

Abraham Lincoln. Discurso de Gettysburg, 1861.

Julgue os itens abaixo, relativos à teoria da democracia, levando em conta a frase histórica de Lincoln, apresentada acima.

A - A consolidação democrática em países com desigualdades abissais é altamente provável.

B - Em teoria da democracia, minorias são aqueles grupos que têm convicções corretas, enquanto os membros da maioria sustentam suas crenças incorretas a respeito da vontade geral.

C - Com respeito ao dilema coerção ou consentimento, a teoria marxista argumenta que é a construção do consentimento que ajuda alcançar a dominação hegemônica, base da dominação capitalista.

D - A expressão "governo do povo" possibilita duas interpretações: uma com significado de povo autogovernado, uma espécie de democracia direta; e outra, na qual o povo é o objeto do governo, um governo sobre o povo, que nada tem em comum com a democracia.

E - A expressão "governo para o povo" significa governo para o interesse e benefício do povo.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

IPEA - [Pós-Edital 2023] - Profa.Dra. Maria das Graça Rua e Silva.R - www.igepp.com.br